

LULA LIVRE

STF faz Justiça, decide pela suspeição do ex-juiz Sérgio Moro e restitui os direitos políticos do ex-presidente da República

focus
BRASIL

13 JORNADAS DE DEBATE SOBRE O SOCIALISMO NO SÉCULO 21

JORNADA 2
27/3, às 10h

MESA 1
A LUTA PELO SOCIALISMO NO SÉCULO XX E A EXPERIÊNCIA SOVIÉTICA, 30 ANOS DEPOIS DA DISSOLUÇÃO DA URSS



EXPOSITORES:
BRENO ALTMAN, TATAU GODINHO E TARSO GENRO

ACOMPANHE AO VIVO:
#fundacaoperseuabramo

REALIZAÇÃO: PT Fundação Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

13 JORNADAS DE DEBATE SOBRE O SOCIALISMO NO SÉCULO 21

JORNADA 2
27/3, às 14h

MESA 2
A LUTA PELO SOCIALISMO NO SÉCULO XXI E A TRAJETÓRIA CHINESA



EXPOSITORES:
WLADIMIR POMAR, JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI, DILMA ROUSSEFF E QIN XUAN

ACOMPANHE AO VIVO:
#fundacaoperseuabramo

REALIZAÇÃO: PT Fundação Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

13 JORNADAS DE DEBATE SOBRE O SOCIALISMO NO SÉCULO 21

JORNADA 2
27/3, às 17h

MESA 3
A LUTA PELO SOCIALISMO NA ÁFRICA



EXPOSITORES:
JOSÉ LUÍS CABAÇO, BELUCE BELLUCCI, RITA CHAVES

ACOMPANHE AO VIVO:
#fundacaoperseuabramo

REALIZAÇÃO: PT Fundação Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores



ObservaBR
CAMINHOS DA RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL

Acesse em fpabramo.org.br/observabr

focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo
Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice
Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.
Produção: Oficina da Notícia
Editor Responsável: Olímpio Cruz Neto



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e
Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice,
Artur Henrique da Silva Santos,
Carlos Henrique Árabe,
Lindbergh Farias, Márcio Jardim
e Valter Pomar.

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff
Presidente: Fernando Haddad
Conselheiros: Arlete Sampaio,
Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim,
Dilson Peixoto, Elói Pietá,
Flávio Jorge Rodrigues, Gleber Naime,
Helena Abramo, Iole Iliada,
José Roberto Paludo, Juliana Cardoso,
Lais Abramo, Luiz Dulci,
Maria Celeste de Souza da Silva,
Maria Selma Moraes da Rocha,
Nabil Bonduki, Nalu Faria,
Nilma Lino Gomes, Nilmário Miranda,
Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Penildon Silva Filho,
Sandra Maria Sales Fagundes,
Teresa Campello e Valmir Assunção.

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br
Telefone: (11) 5571-4299
Fax: (11) 5573-3338
Endereço: Rua Francisco Cruz, 234
Vila Mariana
São Paulo (SP)
CEP 04117-091

SUPREMO RESGATA A VERDADE

LULA LIVRE. STF faz história ao reconhecer parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro

DILMA. Vítima do Golpe, ex-presidenta cobra que Moro pague por crimes

ESTADISTA. Em entrevista à *Der Spiegel*, Lula prega quebra de patentes de vacinas

GOLPE. 57 anos depois da queda de Jango, Bolsonaro ameaça a democracia

ENTULHO. Pedro Serrano defende a revogação da Lei de Segurança Nacional

DITADURA. As memórias de José Dirceu, Amélia Teles e Eleonora Menicucci

COLAPSO. Brasil tem 300 mil mortos, e o presidente mente na televisão

ESGOTAMENTO. Donos do dinheiro mandam recado ao Palácio do Planalto

PETROBRÁS. Jean Paul Prates denuncia como suspeita venda de refinaria



Foto: Agência Brasil

EDITORIAL

LULA, O CORAÇÃO DO POVO, VOLTA A BATER

Aloizio Mercadante *

Foi um dia histórico. O reconhecimento da grotesca parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, nas ações encetadas contra Lula sem uma única prova, faz, ainda que tardiamente, justiça à maior liderança popular da história do Brasil.

Enganam-se, contudo, aqueles que consideram que essa é apenas uma vitória pessoal de Lula. É muito mais do que isso. É uma vitória do Estado Democrático de Direito sobre o autoritarismo, o arbítrio judicial e o lawfare.

É uma vitória dos direitos e das garantias individuais contra os excessos e o arbítrio de agentes de um Estado que vinha flertando perigosamente com a exceção autoritária. É uma vitória da democracia contra os saudosistas das ditaduras e das perseguições políticas. É uma vitória da justiça contra a injustiça.

Ao fazer justiça ao ex-presidente, a 2ª turma do Supremo Tribunal Federal, nas figuras da ministra Carmen Lúcia, do ministro Ricardo Lewandowski e do titânico ministro Gilmar Mendes, recoloca a Suprema Corte no papel fundamental de guardião da Constituição e dos direitos e das garantias individuais de todos os brasileiros e brasileiras.

Embora essa decisão repare um direito de Lula, ela não é capaz de apagar os 580 dias em que ele ficou preso e nem os danos contra a honra e a dignidade do ex-presidente e de sua família.

Ela também não é capaz de apagar o profundo dano que a Lava Jato causou à democracia do Brasil, impedindo Lula de concorrer e insuflando a candidatura, afinal exitosa, de um fascista genocida.

Mas, nesses dias trágicos e sombrios, ela lança luz para o futuro do Brasil. Lula, o candidato do povo, poderá concorrer nas próximas eleições.

Assim, mais do que qualquer outra coisa, esta é uma vitória da esperança contra o ódio e da vida contra a morte.

Lula, o coração do povo, volta a bater!

* Ex-ministro e presidente da Fundação Perseu Abramo.



LULA LIVRE

A Suprema Corte faz uma reparação histórica à própria Justiça e confirma que ex-presidente da República não foi tratado com imparcialidade por Sérgio Moro e a Lava Jato. O principal líder político do Brasil vai agora brigar pela superação da crise e a reconstrução do Brasil

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou o que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem reiterando desde o início da Operação Lava Jato: Sergio Moro não agiu como um magistrado e foi parcial ao condenar a maior liderança política do Brasil. Por 3 votos a 2, os ministros do STF decidiram pela suspeição de Moro, reconhecendo a ilegalidade da condenação imposta a Lula de 8 anos de prisão. É a maior derrota imposta à Lava Jato pela Suprema Corte.

A decisão foi o resultado do julgamento de um habeas corpus impetrado pelos advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Zanin Martins ainda em

2018, logo depois de Moro aceitar o convite de Bolsonaro para integrar o governo. O recurso ficou nas mãos do STF desde novembro daquele ano.

A medida é impactante e re-coloca o Estado Democrático de Direito no centro das atenções do sistema judiciário brasileiro. Foi uma reparação histórica e mostra que a justiça foi feita sobre o ex-presidente. No dia 8 de março, o relator da Lava Jato no STF, ministro Luiz Edson Fachin já havia anulado as condenações impostas por Moro a Lula, declarando que ele não tinha competência para processar o ex-presidente.

Lula agora pode trabalhar pela reconstrução do Brasil, que virou um problema global por conta da condução que Jair Bol-

sonaro vem dando à pandemia e do agravamento da crise política e social que o país mergulhou desde o Golpe de 2016, quando a presidenta Dilma Rousseff foi derrubada da Presidência da República pelo impeachment sem crime de responsabilidade.

A decisão da 2ª Turma do Supremo, tomada na terça-feira, 23, confirmou o óbvio: Moro e a Lava Jato perseguiram Lula e nunca deram a ele a chance de um julgamento justo. “Estamos diante de um grande escândalo, e não importa o resultado deste julgamento, a desmoralização da Justiça já ocorreu, o tribunal de Curitiba é conhecido mundialmente como um tribunal de exceção”, disse Gilmar Mendes, em voto histórico.

A condenação de Lula por Sérgio Moro não apenas o afastou das eleições presidenciais de 2018, de acordo com as regras da 'lei da ficha limpa' do Brasil, mas permitiu a ascensão de Jair Bolsonaro à Presidência da República. Moro se tornou ministro da Justiça do governo que ajudou a eleger ao retirar o principal oponente do líder da extrema-direita da disputa presidencial.

A defesa do ex-presidente afirma que a decisão do STF é "histórica e revigorante". Lula disse esperar que o julgamento "sirva de guia para que todo cidadão tenha direito a um julgamento justo, imparcial e independente".

A repercussão da decisão tomada pela Suprema Corte brasileira não foi apenas na arena política brasileira. O julgamento do habeas corpus ganhou espaço nos principais veículos de imprensa do mundo. Os jornais *Washington Post* e *The Guardian* - dois dos mais influentes diários nos Estados Unidos e na Inglaterra - destacaram, reproduzindo despacho da Associated Press: "a decisão obscurece ainda mais a reputação de Moro e a ampla investigação da Lava Jato que ele presidiu por anos".

Três dos cinco ministros da Segunda Turma concordaram com a defesa de Lula e apontaram a parcialidade do ex-juiz que deixou a magistratura para integrar o governo Bolsonaro. Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski já haviam votado na sessão de 8 de março, quando o ministro Kássio Nunes Marques pediu vistas para analisar o caso. Indicado por Bolsonaro para o STF, ele foi o único a acompanhar o relator do habeas corpus, ministro Luiz Edson Fachin.

A surpresa veio com o voto da ministra Cármen Lúcia, que fez sua manifestação jurídica e reconheceu a alegação de parcialidade de Moro apresentada pela

defesa do ex-presidente. "Neste caso o que se discute basicamente é algo que para mim é basilar: todo mundo tem o direito a um julgamento justo e ao devido processo legal e à imparcialidade do julgador", disse a ministra. Ela havia apresentado voto diferente em 2018, quando a suspeição de Moro começou a ser julgada pela 2ª Turma do Supremo. Cármen explicou que reviu sua posição diante da "reverberação" das condutas de Moro, que

A DECISÃO DO SUPREMO OBSCURECE AINDA MAIS A REPUTAÇÃO DE MORO E A AMPLA INVESTIGAÇÃO DA LAVA JATO QUE ELE PRESIDIU POR ANOS

acabou por revelar "um quadro que macula o devido processo legal".

Para a ministra Carmen Lúcia, as quatro ações de Sérgio Moro deixam claro que ele não agiu com a imparcialidade devida e desejada por um juiz. A primeira foi quando determinou a condução coercitiva de Lula para depor na Polícia Federal em março de 2016, em uma clara tentativa de prejudicar a imagem do ex-presidente. A segunda foi a autorização de escuta telefônica nos aparelhos dos advogados de Lula, ignorando, assim, o direito

à privacidade que um cidadão tem ao se comunicar com seus defensores.

Para a maioria da 2ª Turma do STF, outro ato que comprova a parcialidade de Moro foi a divulgação de conversa entre Lula e a presidenta Dilma Rousseff, em 16 de março de 2016, quando o ainda juiz federal divulgou para a imprensa trechos de conversas telefônicas, manipulando a opinião pública com a clara intenção de dar força ao pedido de impeachment que já havia sido apresentado à Câmara dos Deputados contra Dilma.

Cármen Lúcia disse ainda que Moro se mostrou mais uma vez parcial ao escolher as vésperas das eleições presidenciais de 2018 para retirar o sigilo da delação premiada do ex-ministro Antonio Palocci, influenciando na disputa eleitoral que vinha sendo travada entre Bolsonaro e o candidato do PT à Presidência, Fernando Haddad.

As críticas mais duras a Sérgio Moro, contudo, vieram do ministro Gilmar Mendes. Ele pediu a palavra após o voto de Nunes Marques, que desconsiderou o pedido de Lula e se colocou ao lado do relator da Lava Jato. Gilmar disse que Moro desmoralizou a Justiça brasileira e colocou em dúvida não apenas a credibilidade do Judiciário brasileiro, mas também do próprio Estado.

O ministro questionou a ética do poderoso juiz federal, que se apresentava como paladino da moralidade à opinião pública brasileira: "Algum dos senhores aqui compraria um carro do Moro? Algum dos senhores hoje seria capaz de comprar um carro do (procurador da República Deltan) Dallagnol? São pessoas de confiança? Alguém o contrataria como advogado nessas circunstâncias, tendo agido dessa forma?", questionou. Não houve resposta. •

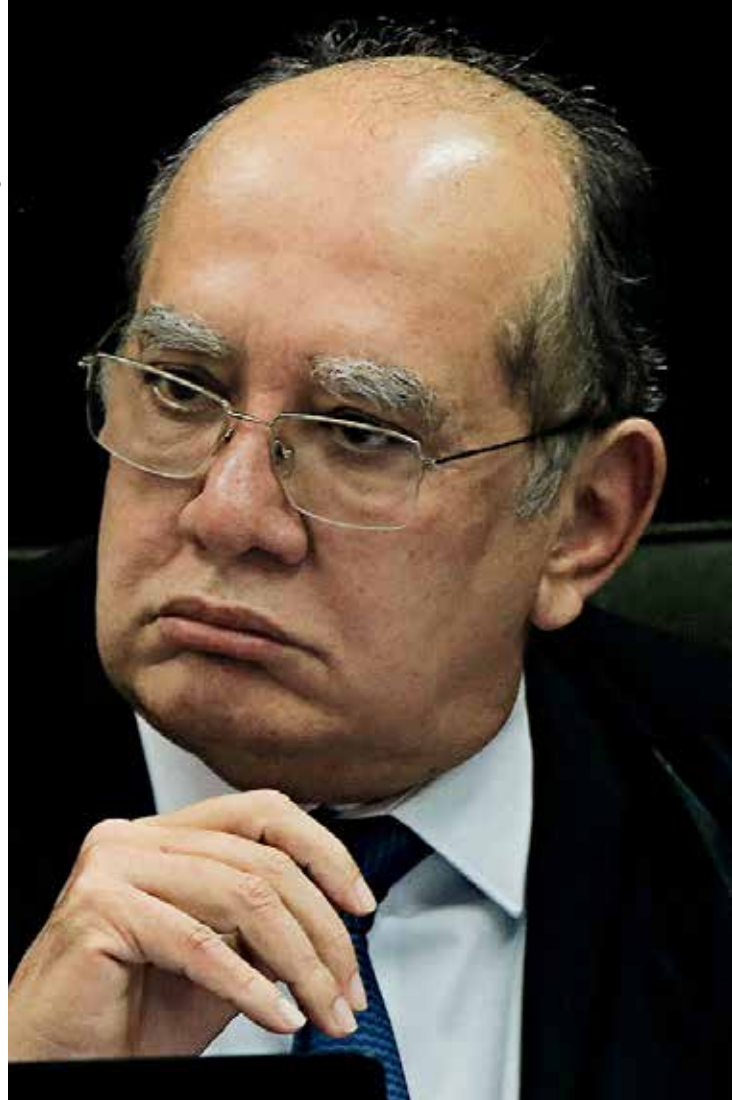
GILMAR: “COMBINARAM AÇÕES EM NOME DE SUPOSTA LEGALIDADE”

Agência Brasil

O ministro Gilmar Mendes reiterou as duras acusações que fez ao ex-juiz Sérgio Moro no exame do habeas corpus entregue pela defesa de Lula ao STF. “Houve um consórcio, um conluio espúrio com a mídia, inclusive cooperações que se fizeram, ao invés de criticar, tanto é que hoje escondem tanto quanto possível essas divulgações”, afirmou Gilmar, citando a “massificação de divulgação” das ações da Lava Jato e a “criação de mídia opressiva”.

“O legado deixado por este caso é a afirmação do dever do Poder Judiciário. A violência pode até conseguir existir, ela pode até reinar soberana à luz das sombras, mas nunca – absolutamente nunca – ela viverá ou resistirá à força da Justiça”, declarou.

Presidente da 2ª Turma, Gilmar citou o autor russo Aleksandr Soljenítsin, preso político e Prêmio Nobel de Literatura em 1970, que sofreu as agruras ao se opor ao regime do Estado totalitário. “A violência não vive sozinha e nem é capaz de viver sozinha: ela depende, para a sua própria existência, da mentira”. Segundo o ministro, Moro mentiu e manipulou o Direito. •



CÁRMEN LÚCIA CONDENA O “ESPETÁCULO DA LAVA JATO”

A ministra Cármen Lúcia mudou sua posição sobre a Lava Jato. No início do julgamento do habeas corpus de Lula, ela havia rejeitado as alegações da parcialidade de Sérgio Moro. Agora, reconheceu que a operação conduzida pelo ex-juiz violou os direitos de Lula e a lei. Ela criticou a “espetacularização” da condução coercitiva de Lula, determinada pelo juiz da “República de Curitiba” em março de 2016.

E questionou a quebra do sigilo telefônico de advogados que atuaram na defesa do ex-presidente. “Houve espetacularização desse dado. Junto com outros que vão se somando e demonstram, portanto, que a imparcialidade não presidiu todos aqueles atos do processo”, disse. “Todo mundo tem direito a um julgamento justo, por um juiz imparcial, por um tribunal independente e, principalmente, no qual ele possa comprovar todos os comportamentos que foram aos poucos sedimentando e se consolidando”. •

FORA DA LEI

STF confirma o que a defesa de Lula alegava há dois anos: Moro atuou como juiz e acusação, ferindo a legalidade. Juristas e advogados consideram decisão histórica por reconhecer que não houve julgamento justo ao ex-presidente

O julgamento da suspeição do ex-juiz Sergio Moro nos processos envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no âmbito da extinta Lava Jato é um fato histórico de extrema relevância e foi saudada por inúmeros juristas e advogados, incluindo a defesa do petista, exercida por Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira Zanin Martins, homenageados pelo ministro Gilmar Mendes.

“A quebra da imparcialidade pelo ex-juiz, tal como a incompetência da Justiça Federal de Curitiba, reconhecida por outra histórica decisão proferida em 8 de março, pelo Ministro Edson Fachin, sempre foi por nós sustentada, desde a primeira manifestação apresentada no processo, no longínquo ano de 2016”, disse Zanin.

O jurista Lênio Streck disse que o julgamento da suspeição do ex-ministro Sergio Moro foi histórico. “O STF pode hoje ter salvado o futuro do Direito. Se não julgasse Moro parcial e suspeito, o que ensinaríamos para nossos alunos? O que diríamos em outros países? Importante: a Corte nem necessitou das mensagens dos hackers. Há elementos de sobra para mostrar que Moro foi um juiz que deve receber repulsa da comunidade jurídica”, disse.

O criminalista Alberto Zacharias Torron foi na mes-

ma linha: “O dia 23 de março de 2021 ficará nos anais não apenas na história do Supremo Tribunal Federal, mas também da história do Brasil como o dia em que a nossa mais alta corte de Justiça ergueu sua espada para desfazer uma clamorosa injustiça”. Ele disse que o reconhecimento da parcialidade de Moro não era apenas o que os advogados e os juristas esperavam, “mas o anseio de Justiça da própria nação que não admite que alguém seja perseguido usando-se o Poder Judiciário como meio para consecução de uma farsa”.

O advogado Antônio Carlos de Almeida Castro comemorou. “O STF resgatou a dignidade do sistema de justiça brasileiro e sacramentou o que a maioria absoluta dos especialistas em Direito, no Brasil e no exterior, vinham defendendo há quase cinco anos: Moro é um juiz parcial”. “É fundamental frisar que a investigação criminal contra o juiz Moro e os procuradores deve e tem que continuar. Ninguém está acima da lei”.

Marco Aurélio Carvalho, que integra o coletivo Prerrogativas, elogiou a mudança de posição de Cármen Lúcia, que virou o placar. “Um voto histórico, corajoso e decisivo para a construção de uma biografia da qual ela própria pode se orgulhar”, declarou. “Ela mostrou, de forma absolutamente despreendida, de forma altiva, que não tem compromisso com o erro”. •

**O SUPREMO PODE
TER SALVADO O
FUTURO DO DIREITO.
SE NÃO JULGASSE
MORO PARCIAL E
SUSPEITO, O QUE
ENSINARÍAMOS
AOS ALUNOS?**

Divulgação



ZANIN: “MORO ATUOU COMO ADVERSÁRIO”

Em nota, os advogados Cristiano Zanin Martins e Valeska Teixeira consideraram a decisão da 2ª Turma do STF “histórica e revigorante para o Estado de Direito e para o devido processo legal”. “Sempre apontamos e provamos que Moro jamais atuou como juiz, mas sim como um adversário pessoal e político do ex-presidente Lula, como foi reconhecido pelo Supremo”.

Eles disseram que a defesa de Lula sofreu toda sorte de ilegalidades praticadas pela Lava Jato, assim como o próprio Lula. “Os danos causados a Lula são irreparáveis, envolveram uma prisão ilegal de 580 dias, e tiveram repercussão inclusive no processo democrático do país”, disse.

Para os advogados, a decisão fortalece o sistema de Justiça e a importância do devido processo legal. “Esperamos que o julgamento sirva de guia para que todo e qualquer cidadão tenha direito a um julgamento justo, imparcial e independente, tal como é assegurado pela Constituição da República”. •



Roberto Stuckert Filho

DILMA: “MORO DEVE SER JULGADO POR SEUS CRIMES”

Vítima do Golpe de 2016, ex-presidenta elogia decisão do STF, que corrige “o maior atentado contra a Justiça cometido na história do Brasil”

A ex-presidenta Dilma Rousseff saudou a decisão do Supremo Tribunal Federal, que reconheceu a atuação parcial e fora da lei do ex-juiz Sérgio Moro na condenação a Luiz Inácio Lula da Silva. “O STF corrige o maior atentado contra a Justiça cometido na história do Brasil”, avalia a sucessora de Lula, vítima de um Golpe de Estado em 2016 com a aprovação do impeachment sem crime de responsabilidade pelo Congresso”.

“Moro e seus comandados devem ser julgados por seus crimes,

com respeito ao devido processo legal e pleno direito de defesa, algo que sempre negaram a Lula”.

Dilma diz que a decisão do Supremo confirma a denúncia de Lula: “Um juiz parcial e faccioso comandou um grupo de procuradores que abusavam de seu poder para fabricar acusações, condenar um inocente e destruir o Estado Democrático de Direito”.

“A decisão histórica dos ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia restabelece a verdade, invalida todas as decisões tomadas por Moro e seus subordinados e devolve a

Lula a condição de inocente das acusações injustas que sofreu”, pontua Dilma, em nota distribuída à imprensa.

“O caráter prepotente, discriminatório e ilícito das práticas de um juiz que conspirou contra o réu, mancomunado com um grupo de procuradores, recebeu um rotundo BASTA da mais alta corte do Judiciário brasileiro”, disse. “O estrago que cometeram é irreparável: a interferência política para eleger um presidente neofascista, a destruição de grandes empresas e de milhões de empregos, a volta da fome e da miséria”. •



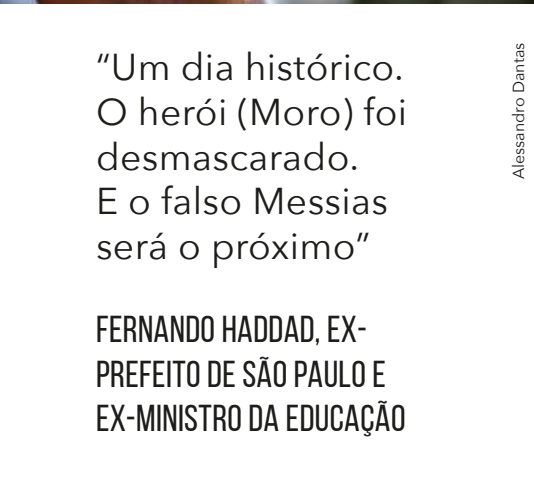
Ricardo Stuckert

“O STF finalmente reconheceu o que sempre soubemos: Moro foi um juiz suspeito, parcial e desonesto”

PAULO ROCHA, LÍDER DO PT NO SENADO



Agência Câmara



Alessandro Dantas

“Um dia histórico. O herói (Moro) foi desmascarado. E o falso Messias será o próximo”

FERNANDO HADDAD, EX-PREFEITO DE SÃO PAULO E EX-MINISTRO DA EDUCAÇÃO



“Acaba hoje a maior farsa do Judiciário brasileiro. E Lula emerge enorme”

ELVINO BOHN GASS, LÍDER DO PT NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

“JUSTIÇA PARA LULA É JUSTIÇA PARA O BRASIL”

A presidenta nacional do Partido dos Trabalhadores, deputada federal Gleisi Hoffmann, avalia que a decisão da Suprema Corte que beneficiou Lula é um marco na história do país. “O julgamento da suspeição e parcialidade do ex-juiz Sergio Moro é uma vitória do Direito, da persistência na busca de Justiça e da mobilização dos que sempre confiaram na verdade e lutaram para que ela viesse a prevalecer”, disse.

Ela disse que, com essa decisão, o Supremo Tribunal Federal deu “um importante passo para o resgate da credibilidade do Judiciário brasileiro”. Gleisi destacou o papel desempenhado pela defesa de Lula. “Parabéns aos advogados do presidente, Cristiano Zanin e Valeska Martins, que jamais recuaram diante dos obstáculos, e a todos que participaram em algum momento da defesa”, disse.

Ela ainda comentou a importância da mobilização popular realizada em Curitiba, em outras cidades brasileiras e no mundo, durante os 580 dias em que Lula esteve preso na Polícia Federal. “Parabéns à Vigília Lula Livre, ao Comitê Lula Livre, a todos e todas que no Brasil e fora do país foram solidários

ao longo dessa dura jornada”, afirmou.

“Parabéns, presidente Lula. Obrigado por sua luta, por seu exemplo e determinação. Obrigado por não ter desistido nunca”, declarou Gleisi. Ela avalia que a resistência de Lula se tornou exemplo na luta mundial contra o lawfare.

“Nada apagará a injustiça feita nestes cinco anos de perseguição sem tréguas, a maior já vista na história contra um líder do povo. Nada devolverá os 580 dias de liberdade que lhe foram roubados, a dor das perdas familiares, das mentiras divulgadas na TV”, ressaltou.

Para a presidenta do PT, “a decisão devolve ao país e ao povo a esperança de que o futuro pode, deve e haverá de ser melhor”, concluiu. •

Sérgio Lima





Divulgação

UMA DECISÃO HISTÓRICA QUE DEVEMOS CELEBRAR

Apesar do julgamento histórico, entre os juristas persiste o sentimento de alerta e desconfiança, mesmo quando a decisão da Corte seja definitiva e capaz de resolver uma questão estrutural da maior farsa jurídica da história do país

Por Carol Proner *

O dia 23 de março de 2021, quando a 2ª Turma do STF reconheceu e sentenciou a parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro, deve ser considerado sinônimo de resistência aos abusos autoritários do sistema de justiça. O dia em que a legalidade venceu a barbárie jurídica. O dia em que o conjunto das forças políticas, sociais e populares, ao lado de exímia condução técnica dos processos movidos contra Lula, foi capaz de vencer a politização do direito travestido em sentenças e condenações seletivas.

O julgamento deve ser celebrado e nos inspirar a uma nova fase de luta pela democracia no Brasil. Isso é o que nos ensinam as lideranças políticas organizadas em torno da luta pelo Lula Livre. Nesse ponto, da estratégia de organização para trilhar o longo caminho, não há que se hesitar em reconhecer a potência deste momento que, somado ao esplêndido discurso de Lula da semana anterior. Isso tudo nos renova a esperança.

Levantar “mas”, “porém” é vício de profissão. É também consequência do trauma vivido nestes longos cinco anos em que fomos traídos na nossa confiança garantista, acusados de ingênuos por acreditar na força da Constituição e na Justiça. É compreensível, portanto que, ao menos entre os juristas, persista o sentimento de alerta e desconfiança, mesmo quando a decisão da Corte seja definitiva e capaz de resolver uma questão estrutural da maior farsa jurídica da história do país.

Os setores punitivistas têm se organizado. As forças midiáticas de apoio a Sérgio Moro inventam indulgências e vênias ao comportamento suspeito do ex-juiz. Também prosseguem

as movimentações anômalas na mesma 13ª Vara de Curitiba. Mesmo em mãos de outro magistrado, parece definitivamente contaminada pelo vício da suspeição. Recentemente, veio a público uma carta de procuradores que envergonham o Ministério Público, declarando apoio à Lava Jato, fazendo pouco caso dos desmandos dos colegas do MPF de Curitiba.

Nesse sentido, e mesmo com a potência da decisão, há sinais de que a luta será longa. A cul-

A CULTURA LAVAJATISTA BUSCA SOBREVIVER: A USURA DAS INSTITUIÇÕES, A MALANDRAGEM JURÍDICA E O VALE- TUDO NO RINGUE DAS AUDIÊNCIAS

tura lavajatista busca sobreviver e afirmar-se como paradigma: a usura das instituições, a malandragem jurídica para driblar garantias, o vale-tudo no ringue das audiências... Toda essa farsa travestida de “combate à corrupção” ainda encontra defensores entre procuradores, juizes e jornalistas. Sinais de um tempo em que o judiciário autoritário respalda a austeridade e o autoritarismo político.

Os efeitos da Lava Jato são desastrosos por afetarem o tec-

do empresarial e de empregos na construção civil, além do setor de petróleo e gás, sob o argumento legítimo do combate à corrupção. Os estudos do Dieese encomendados pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) comprovam a desestabilização econômica e o desinvestimento.

Somos a favor do combate à corrupção. Repetimos isso a cada debate sobre a Lava Jato. Mas não destruindo a economia e as opções de participação política da Nação. É importante combater a corrupção com transparência, com autonomia da Polícia Federal e do Ministério Público, mas sem violar tratados de cooperação penal que vulneram a soberania do país.

Haverá tempo para que as consequências da Lava Jato sejam efetivamente compreendidas e responsabilizadas pouco a pouco, em cada espaço institucional. No futuro, com o restabelecimento de regras do Estado Democrático de Direito, haverá tempo para a responsabilização dos crimes que foram cometidos contra os interesses nacionais, bem como para o enfrentamento das vulnerabilidades na repartição de competências que implicam um combate “soberano” e “independente” à corrupção.

Por ora, celebremos. Não há dúvidas de que devemos nos alimentar das avaliações de lideranças políticas e da percepção clara de que Lula ressurgiu, pleno em seus direitos, no momento em que o Brasil mais precisa. O discurso entusiasmado, iluminado de otimismo e vontade, acendeu a confiança de que podemos derrotar o fascismo que assola o país pelas mãos de um criminoso de lesa humanidade. •

Advogada, é professora da UFRJ e fundadora da Associação Brasileira dos Juristas pela Democracia.

A INOCÊNCIA DE LULA REPERCUTE NO EXTERIOR

Jornais influentes como *Le Monde*, *The Guardian* e *Washington Post* reportam que Lula sempre sustentou ser vítima de uma perseguição política

O mundo está de olho em Lula e no Brasil. O julgamento do habeas corpus do ex-presidente pelo Supremo que confirmou a parcialidade de Sérgio Moro foi destaque em importantes jornais estrangeiros. O jornal português *Público* considerou a decisão “histórica” e capaz de deixar a Lava Jato “mortalmente ferida”. A mesma análise do argentino *La Nación*, ressoando uma das frases ditas pelo presidente Lula em seu histórico discurso do dia 10: “A Lava Jato é passado”.

O periódico argentino lembrou ainda que a decisão valida o que Lula sempre disse. “Desde o começo do cerco judicial, o ex-presidente sustentou que era inocente, vítima de uma perseguição política por parte de Moro”. O mesmo destaque é dado no texto distribuído pela principal agência de notícias dos Estados Unidos - a Associated Press. O material foi publicado por milhares de veículos, incluindo os renomados *The Guardian* (Reino Unido) e *Washington Post* (EUA). Segundo o despacho, a decisão “dá razão ao líder da esquerda, que há muito tempo afirma que houve perseguição política”.

A Associated Press também diz que “a decisão obscurece

ainda mais a reputação de Moro” e lembra que a condenação de Lula o afastou das eleições presidenciais de 2018 e permitiu a vitória do líder da extrema direita. “E Moro rapidamente se tornou ministro da Justiça de Bolsonaro”, ressalta a AP. O fato de o ex-juiz ter aceito imediatamente um cargo no governo de extrema direita também foi destaque na edição do espanhol *El País* e do francês *Le Monde*.

A agência Reuters, cujo material também foi replicado em diversos veículos, ressaltou que “Moro tomou decisões tendenciosas, (...) descartando provas que poderiam ter sido usadas a favor de Lula”. Já a Bloomberg destacou a fala do ministro Gilmar Mendes, que lembrou o fato de “o tribunal de Curitiba” ser “mundialmente conhecido como um tribunal de exceção”.

Vários veículos também projetaram Lula como um ator fundamental no cenário político atual e nas eleições de 2022. Foi o caso do americano *Washington Post* e do francês *Le Figaro*. “O retorno de Lula à arena política mudou completamente as cartas”, escreveu o diário francês. •

Comitê de Solidariedade
Internacional em Defesa de Lula
e da Democracia no Brasil

HUMANITÉ

O “CASTELO DE CARTAS” DE MORO

O jornal francês *L’Humanité*, um dos mais antigos veículos da esquerda européia, destacou em sua edição de quarta-feira, 24, que as sentenças tendenciosas do juiz Sérgio Moro, lançadas há dois anos contra Lula, finalmente foram enterradas. “Ruíram como um castelo de cartas e, com elas, todas as obscuras manobras políticas e judiciais que levaram Jair Bolsonaro ao poder em 2018”, informa.

O jornal relata que o Supremo Tribunal Federal questionou o papel político do magistrado ao condenar o ex-presidente por “corrupção”. A corte reconheceu a “parcialidade” de Sérgio Moro, que condenou Lula, abrindo caminho para o candidato da extrema direita, com a inelegibilidade e encarceramento do ex-sindicalista, o único que poderia ter se colocado em seu caminho.

“Imediatamente eleito, Bolsonaro também recompensou Moro por seus bons e leais serviços, confiando-lhe a pasta da Justiça, antes de sua despedida do governo, em abril de 2020, para vestir como roupas de potencial candidato às eleições presidenciais de 2022”, relata o periódico.

Em outra reportagem, o jornal abre espaço para a manifestação do ministro Gilmar Mendes: “Você não pode combater o crime cometendo um crime”, disse. Na mira do magistrado, seu “ex-colega” que se tornou ministro da Justiça de Bolsonaro e alcançou fama internacional durante a eclosão da “Lava Jato”. “É a queda do incorruptível Moro, juiz que condenou Lula”, destaca. •



Ricardo Stuckert

À DER SPIEGEL:

“É O MAIOR GENOCÍDIO DA NOSSA HISTÓRIA”

Em entrevista à revista alemã - uma das mais influentes da Europa - o ex-presidente responsabiliza diretamente seu sucessor Jair Bolsonaro pelas 300.000 mortes no país. Ele apela à chanceler Angela Merkel - e tem uma proposta radical: quebrar as patentes das vacinas.

“Isso é bom para toda a humanidade, e alguns empresários não podem enriquecer com isso. Não devemos permitir que os interesses comerciais deste ou daquele fabricante tenham precedência sobre os interesses da humanidade”

Por Marian Blasberg, Jens Glüsing e Britta Kollenbroich | Der Spiegel

Em 8 de março, um juiz do Supremo Tribunal invalidou todas as sentenças de corrupção contra Lula. Na terça-feira, a mais alta corte também declarou tendencioso o juiz Sergio Moro, que o condenou por corrupção e mais tarde foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Jair Bolsonaro. É a primeira entrevista de Lula desde aquela decisão. Foi realizada por Zoom, já que o encontro cara a cara atualmente não é possível – a pandemia corona está fora de controle no Brasil.

Lula agora pode desafiar o presidente em exercício no ano que vem. Seria a grande batalha política pelo futuro do Brasil: o populista de extrema direita contra seu antecessor social-democrata.

Spiegel | Senhor presidente, quando o senhor recebeu a Spiegel pela última vez, há quase dois anos, estava preso. Hoje você é um homem livre e pode concorrer a um cargo político novamente. Você está satisfeito?

Lula | É uma pena que o Judiciário tenha demorado tanto para tomar essa decisão. As informações que levaram a esse julgamento já eram de seu conhecimento em 2016. Por cinco anos meus oponentes tentaram destruir a minha imagem. Trataram a mim e ao meu partido como corruptos. Estou feliz porque a minha fé na Justiça foi restaurada. Mas o juiz Moro não deve escapar impune, nem os promotores por contar tantas mentiras. Ele deveria perder seu emprego. Houve um pacto entre o Judiciário e alguns meios de comunicação para destituir a presidente Dilma Rousseff e impedir minha candidatura em 2018. Moro trabalhou nisso, ele era parcial.

Spiegel | O senhor vai concorrer contra Bolsonaro nas eleições presidenciais do ano que vem?

Lula | Não deveríamos estar discutindo candidaturas no meio da pandemia. Ontem, terça-feira, 3.158 pessoas morreram de Covid no Brasil. É o maior genocídio da nossa história. Nossa atenção agora não deve estar nas eleições do próximo ano, mas no combate ao vírus e na vacinação da população. Temos que salvar o Brasil da Covid-19.

Spiegel | O presidente Bolsonaro sempre ridicularizou o vírus como uma “gripezinha”. Recentemente, usou uma máscara e, em um discurso na televisão, falou a favor da

“**TODOS PRECISAM TER ACESSO ÀS VACINAS. TEMOS QUE QUEBRAR AS PATENTES DAS EMPRESAS FARMACÊUTICAS**”

vacinação pela primeira vez.

Lula | Um presidente não precisa saber tudo. Mas ele deve ter a humildade de consultar pessoas que têm mais conhecimento do que ele. Ele deve falar com cientistas, médicos, governadores e ministros da saúde para elaborar um plano sobre como derrotar Covid. Mesmo que o Bolsonaro não tenha espalhado nada estúpido em seu discurso, ontem, pela primeira vez, ele não leva Covid a sério.

Spiegel | Como isso acontece?

Lula | Ele não acredita em vacinação. Gastou uma fortuna em um

remédio chamado hidroxicloroquina quando se comprovou que não adianta. Ele ridicularizava qualquer um que usasse máscaras como bicha. Por um ano, ele não levou o vírus a sério e nos contou mentiras. Por um ano, ele provocou todos que não concordavam com ele. Se ele realmente se importasse com as pessoas, teria dado o exemplo e colocado uma máscara imediatamente e não teria causado aglomerações. Se ele fosse um pouco digno, ontem ele teria se desculpado com as famílias dos 300.000 mortos de Covid e milhões de pessoas infectadas. Ele é o responsável por isso.

Spiegel | Como o vírus circula quase livremente no Brasil, novos mutantes agressivos estão surgindo aqui, o que também é perigoso para o resto do mundo. Você espera o apoio da comunidade internacional contra o Bolsonaro?

Lula | É responsabilidade de nós, brasileiros, deter esse homem e restaurar a democracia no país. Não precisamos de nenhuma ajuda do exterior para isso. O Brasil não aguenta mais se esse homem continuar governando assim. Nunca na história tivemos um presidente tão irresponsável.

Spiegel | Então por que não há mais resistência política ao Bolsonaro no país?

Lula | A mídia no Brasil criminalizou a política. A luta contra a corrupção é importante, mas todos os julgamentos de corrupção resultaram na eleição de um homem que fingiu não ser um político. Ele ganhou as eleições com base no ódio e governa com base no ódio. Qualquer um que diga algo crítico sobre o Bolsonaro será perseguido e ameaçado por seus apoiadores, assim como no governo de Trump. Bolsonaro é apoiado por milícias de direita. Ele assustou a sociedade, ela está entorpecida. Além disso, você não pode ir às

ruas por causa do vírus. O mais importante é martelar na cabeça das pessoas que o Brasil não merece o Bolsonaro.

Spiegel | É verdade que o senhor fez campanha pessoalmente pela entrega de vacinas ao presidente russo, Vladimir Putin, e ao chefe de estado da China, Xi Jinping?

Lula | Escrevi uma carta para Xi Jinping e me reuni com representantes do Fundo Russo, responsáveis pela distribuição da vacina Sputnik-V. Bolsonaro e seus seguidores espalharam pela internet que pessoas com vacinação chinesa teriam um chip implantado e que a Biontech poderia transformar pessoas em crocodilos. Temos que lutar com mentiras como essa aqui! Pedi a Putin e Jinping que ignorassem os insultos de Bolsonaro e do ministro das Relações Exteriores quando o Brasil pedir vacina.

Spiegel | Os países mais ricos garantiram a maioria das doses de vacina em todo o mundo. Como os países mais pobres também podem obter vacinas suficientes?

Lula | Todo mundo precisa ter acesso às vacinas. Temos que quebrar as patentes das empresas farmacêuticas sobre as vacinas. Isso é bom para toda a humanidade, e alguns empresários não podem enriquecer com isso. Não devemos permitir que os interesses comerciais deste ou daquele fabricante tenham precedência sobre os interesses da humanidade. Esta é uma decisão humanitária, não tem nada a ver com socialismo. A humanidade está em jogo.

Spiegel | Para isso, você precisaria da cooperação dos países ricos.

Lula | Por isso apelo a Ângela Merkel para que trabalhe em um encontro internacional dos chefes de governo mais importantes para discutir essa questão. Ela é respeitada em todo o mundo. Essa reunião pode ocorrer no



DIÁLOGO INTERNACIONAL. Em 2009, com Barack Obama, presidente dos EUA, e Angela Merkel, chanceler alemã, em reunião do G20. “Fico chateado porque todo mundo só se preocupa com seu jardim. Nenhum país consegue resolver o problema sozinho”.

âmbito do G7 ou do G20, uma assembleia geral virtual extraordinária das Nações Unidas também poderia ser convocada. Alguém teria apenas que tomar a iniciativa. Fico chateado porque todo mundo só se preocupa com seu jardim. Nenhum país consegue resolver o problema sozinho. Mesmo na Alemanha e na França não há vacina, isso é incrível!

Spiegel | Por que não houve uma iniciativa internacional até agora?

Lula | Porque os líderes políticos discutem sobre outras coisas. Trump causou um estrago tremendo quando tornou a China um inimigo. Biden chama Putin de assassino. Não é assim que alguém se trata entre os estadistas! O que falta para finalmente chegar a uma decisão e parar de se acusar? Durante a crise financeira de 2008, quando o Lehman Brothers faliu, convocamos imediatamente uma reunião do G20. Alguém precisa pegar o telefone e organizar uma reunião para discutir como impedir que o vírus se espalhe. Então, podemos voltar às nossas disputas políticas.

Spiegel | Há um estudo que acusa o Bolsonaro de contribuir especificamente para a

disseminação do vírus. Por que ele age assim?

Lula | Ele governa para uma pequena parte radicalizada da população, 25, talvez 30%. São pessoas que não acreditam na democracia. Este homem nem sequer se sentou com um empresário sério nos dois anos em que está no cargo. Ele nunca falou sobre produtividade ou crescimento econômico. Ele nunca se reuniu com os sindicatos ou com os movimentos sociais. Ele só se sente confortável com os militares.

Spiegel | O presidente da Câmara dos Deputados tem cerca de 60 pedidos de parlamentares para processos de impeachment. Por que não está sendo votado?

Lula | Porque o presidente do Congresso, que une a maioria dos parlamentares a seu lado, concorda em grande parte com a política econômica de Bolsonaro. A elite brasileira, o sistema financeiro e os bancos apóiam sua política econômica, assim como a mídia. Ele não tem conceito de política econômica, quer apenas privatizar todas as empresas estatais. É como um homem recém-casado e desempregado sentado com sua nova esposa em sua nova

casa e dizendo a você: procurando trabalho? O que! Vamos vender a cama, a geladeira e a TV.

Spiegel | Sob seu governo, 20 milhões de pessoas saíram da pobreza. Naquela época, houve um boom de matéria-prima. Acabou. Esse milagre econômico pode ser repetido?

Lula | Às vezes eu brinco: o povo quer voltar ao passado do governo Lula. Diz-se que o mundo do trabalho mudou devido ao desenvolvimento tecnológico. Antes de conversarmos, vi um documentário sobre motoristas do Uber que venceram um processo por causa das más condições de trabalho. Milhões de pessoas que trabalham na Amazon e no comércio eletrônico nem têm direito a férias. Pessoas que trabalham para aplicativos não têm fins de semana, nem férias, nem seguro social. Todos deveriam assistir ao filme "Tempos Modernos" de Charlie Chaplin novamente para entender o que está acontecendo no mundo agora.

Spiegel | Essa economia de aplicativos é particularmente pronunciada no Brasil. Você quer mais influência do governo?

Lula | Ao contrário da Alemanha, onde existe esgoto funcionando, habitação social, uma boa rede rodoviária e ferroviária, ainda temos que construir tudo aqui no Brasil. Há muito espaço para investimento público. Se o governo não pressiona isso, como o setor privado pode criar empregos que gerem salários decentes? Se tivermos crescimento, as empresas estrangeiras voltarão ao Brasil para investir. Ninguém vai para um país onde a pobreza, a fome e o crime imperam.

Spiegel | O Brasil está dividido em dois campos que são hostis um ao outro. Como você pretende superar essa polarização?

Lula | O ódio ao meu Partido dos Trabalhadores está sendo alimentado porque ele representa a inte-

gração social. O Brasil carrega nas costas um legado de 350 anos de escravidão. "Casa Grande e Senzala" é o nome de um famoso livro sobre a sociedade colonial. Isso ainda é uma realidade. Os moradores do casarão não aceitam que os moradores da senzala de escravos subam um degrau na escala social. É isso que divide este país e porque tantas pessoas estão contra mim. Governamos por todos, mas os pobres sempre foram nossa prioridade. Se os pobres não compartilham da riqueza do país, não há solução para o país.

Spiegel | Bolsonaro trouxe muitos militares para seu governo. Ele frequentemente ataca a democracia. Depois da invasão do Capitólio, em Washington, ele disse que as coisas podem piorar em Brasília se houver dúvidas sobre o resultado das próximas eleições. Existe risco de golpe?

Lula | Na verdade, eu deveria dizer não. Mas não pensei que minha sucessora, Dilma Rousseff, seria destituída do cargo, nem achei que os brasileiros votariam em um homem como Bolsonaro. Devemos dizer em alto e bom som que nos levantaremos contra qualquer tentativa de golpe, porque o Bolsonaro não sabe governar democraticamente. Ele não respeita os princípios básicos da democracia. No mundo do Bolsonaro não há espaço para dois times, ele não quer adversário. Ele quer vencer o jogo antes de começar.

Spiegel | Nos Estados Unidos, os apoiadores de Trump invadiram o Capitólio porque não aceitaram o resultado da eleição. Os militares do Brasil apoiariam Bolsonaro em uma tentativa de golpe?

Lula | Quem vai derrotar o Bolsonaro é o povo brasileiro. Ele pode se preparar para colocar a faixa presidencial em seu sucessor. Os democratas vão ganhar, os partidos de esquerda vão ganhar. O

povo vai votar no próximo presidente e ele vai colocar o Brasil de volta em pé.

Spiegel | Seu Partido dos Trabalhadores em particular é muito odiado pelas Forças Armadas.

Lula | Eu tinha um relacionamento extremamente bom com os militares quando era presidente. Sempre os tratei muito bem. Reequipei o Exército, a Marinha e a Força Aérea e até paguei o salário mínimo aos recrutas. Mas os militares não precisam gostar de mim. Eles devem defender o país contra possíveis inimigos externos e respeitar a Constituição.

Spiegel | Se você concorrer, estabelecerá uma ampla aliança de oposição que também inclua partidos intermediários? Em 2002 você ganhou as eleições porque se apresentou como "Lula Paz e Amor", um candidato à reconciliação.

Lula | Eu também sou assim no privado, não consigo evitar. Em algum momento chegará um momento como em 2002, em que José Alencar e eu ganhemos. Um grande empresário como candidato ao cargo de vice-presidente. Fizemos um pacto entre capital e trabalho. Você tem que ter um programa claro do que quer fazer com o país e então encontrar as forças políticas para apoiá-lo. O PT apresentará o seu programa e explorará possíveis alianças.

Spiegel | Ainda falta um ano e meio para as eleições, mas a campanha eleitoral quase já começou. Existem ameaças de morte contra você. Você não tem medo de ir para a rua?

Lula | Não me preocupo com isso. Não saio de casa há mais de um ano. Estou esperando com impaciência para receber a minha segunda dose da vacina em duas semanas para que eu possa finalmente dirigir pelo país novamente. •

O GOLPE DE 1964

No aniversário da derrubada de Jango, o Brasil revive o pesadelo de um mergulho no arbítrio, com as novas ameaças de Bolsonaro à democracia. A hora é de revogar a Lei de Segurança Nacional

Desde a queda de Dilma Rousseff, derrubada pelo Congresso Nacional em 2016 com um impeachment sem crime de responsabilidade, o fantasma de 1964 assombra o país. Em abril daquele ano, o voto do então deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) sinalizava que o arbítrio tinha sido colocado num altar perigoso. Ao votar pelo impedimento da presidenta, o capitão foi o ponto da vergonhosa sessão plenária da Câmara: “Pela memória do Capitão Carlos Alberto Brilhante Ustra, o terror de Dilma Rousseff”. A saudação a um dos mais terríveis torturadores do regime militar não fez corar nenhum comentarista político brasileiro, embora tenha estarecido a imprensa internacional. Dilma foi pessoalmente torturada por Ustra, enquanto esteve presa durante a ditadura. O sadismo de Bolsonaro desde então o levou a incensar o terrível médico em inúmeras oportidades.

Desde que ascendeu à Presidência da República, por ação direta do então juiz Sérgio Moro - algoz de Lula, que o condenou sem provas e ainda o retirou da disputa eleitoral de 2018 - o presidente não se cansa de flertar com o autoritarismo. Não apenas exaltou entusiasmadamente a ditadura militar, que mergu-

lhou o país durante 21 anos em um regime opressivo, como vem ameaçando fechar o regime para sufocar a democracia brasileira. Agora, as comemorações serão oficiais. E ganharam o beneplácito do Judiciário.

No último dia 17, por 4 votos contra 1, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, sediada no Recife, aprovou um recurso da Advocacia Geral da União defendendo o direito do governo federal de promover atividades em alusão ao Golpe Militar de 1964. O assunto chegou à Justiça depois que a deputada Natália Bonavides (PT-RN) pediu a retirada do site do Ministério da Defesa de uma nota que reproduzia a Ordem do Dia de 31 de março de 2020, uma recomendação militar que celebrava o Golpe de Estado.

A 5ª Vara Federal do Rio Grande do Norte determinou, ainda em 2020, a retirada da publicação. Na decisão, a juíza federal disse que o texto “é nitidamente incompatível com os valores democráticos da Constituição de 1988”. A União recorreu da decisão ao TRF5. Além de argumentos técnicos - como dizer que a ação não causou lesão ao patrimônio nem seria a Ação Popular o instrumento jurídico adequado para a querela - a AGU defendeu o direito do governo de celebrar a data.

A deputada Natália Bonavides reagiu: “É inaceitável! O Judiciário acaba de autorizar o governo Bolsonaro a comemorar a ditadura militar. Comemorar assassinatos, torturas e estupros? A perversidade? Vamos recorrer da decisão! Mais do que nunca, é hora de defender a vida, não de comemorar mortes”.

O absurdo já havia sido inaugurado em 2019, quando Bolsonaro decidiu comemorar o 55º aniversário do golpe de 1964, para espanto e surpresa da comunidade internacional. Na época, o relator da ONU Fabián Salvioli, que trata da promoção da verdade, mostrou-se estupefato: “Comemorar o Golpe de 1964 é imoral e inadmissível”. Ele lembrou que é dever do Estado brasileiro preservar as evidências de crimes horrendos como os cometidos durante a ditadura, e não celebrá-los.

O Golpe de 1964 é celebrado desde o início da ditadura como tendo ocorrido em 31 de março. A data marcou a deposição do presidente João Goulart e a tomada do poder pelas Forças Armadas, com o apoio de setores da classe média, empresários e o governo dos Estados Unidos. O regime inaugurou um dos períodos mais autoritários e selvagens da história do Brasil. O regime estabeleceu censura à impren-

CRONOLOGIA DO GOLPE DE 1964

17 de Janeiro

O governo João Goulart regula-menta a lei de remessa de lucros.

13 de Março

Jango participa do Comício da Central do Brasil, defendendo “reformas de base”. Nacionalistas e a esquerda realizam ato político.

19 de Março

Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade em São Paulo (SP). A direita e a classe média ganham as ruas.

20 de Março

O chefe do Estado-Maior do Exército, General Humberto de Alencar Castelo Branco, divulga circular reservada entre seus subordinados contra Jango.

21 a 29 de Março

Em diversas cidades de São Paulo, são realizadas novas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”. Todas tendo como alvo o governo Jango.

31 de Março

Inicia-se o movimento militar em Minas Gerais com deslocamento de tropas comandadas pelo general Mourão Filho. A ameaça é de uso da força contra o presidente.

sa, restrição de direitos políticos, cassação de mandatos, prisões, torturas e assassinatos.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instituída em lei no governo da presidente Dilma Rousseff, apresentou seu relatório final. O documento concluiu que a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres resultou de uma política estatal, de alcance generalizado contra a população civil, caracterizando-se como crimes contra a humanidade. Foram identificados 434 casos de mortes e desaparecimentos de pessoas sob a responsabilidade do Estado brasileiro durante o período de 1946-1988. Em capítulo referente à autoria de graves violações de direitos humanos, o relatório da Comissão Nacional da Verdade enumerou 377 agentes públicos envolvidos diretamente com os crimes praticados.

Em 10 dezembro de 2014, logo depois de ter sido reconduzida à Presidência da República pelo povo brasileiro, numa votação expressiva de 54,5 milhões de votos, Dilma fez um emocionado discurso ao receber o relatório da comissão. “Esperamos que esse relatório contribua para que fantasmas do passado doloroso e triste não possam mais se

Evaristo Sá/AFIP



EMOÇÃO E LEMBRANÇAS “Quando lançamos a Comissão Nacional da Verdade, disse que o Brasil merecia a verdade, as novas gerações mereciam a verdade, mas principalmente aqueles que perderam...” – pausa para conter o choro – “aqueles que continuam sofrendo como se morressem de novo a cada dia”, disse, durante cerimônia no Planalto, em 14 de dezembro de 2014

proteger das sombras do silêncio e da omissão. A ignorância do passado não pacifica”, disse, entre lágrimas e visivelmente emocionada.

Um grupo de militares tentou conseguir na Justiça a proibição do governo de divulgar o relatório. O desembargador federal Souza Prudente, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), negou o pedido. A tentativa de impedir a divulgação do documento havia sido protocolada pelo Clube Naval, pelo Clube Militar, pelo Clube da Aeronáutica, e por três militares da reserva: Paulo Frederico Soriano Dobbin,

Gilberto Rodrigues Pimentel e Marcus Vinícius Pinto Costa.

A atração mórbida de Bolsonaro e da família por este período triste da história – com o apoio de alguns dos oficiais que integram o governo federal desde 2019 e de milhares de brasileiros fantasiados de verde e amarelo que pedem a volta dos militares ao poder – deveria provocar algum tipo de alerta na sociedade civil. Agora, quando o país mergulha em um novo período terrível de sua história, com a marca de mais de 300 mortos pela pandemia do Covid-19, tudo que não se deve fazer é repetir o passado. •

1º de Abril a 8 de Junho

O país assiste à ascensão da direita. Quarenta e duas “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade” ocorrem em São Paulo, Minas, Rio, Piauí, Paraná e Goiás.

2 de Abril

Jango segue de Brasília para Porto Alegre. O General Costa e Silva autoneomeia-se comandante-em-chefe do Exército e organiza o “Comando Supremo da Revolução”.

4 de Abril

O nome do general Castelo Branco é indicado para a Presidência da República pelos líderes do Golpe.

9 de Abril

Decretado o Ato Institucional 1 que confere ao presidente da República poderes para cassar mandatos eletivos e suspender direitos políticos até 15 de junho de 1964, entre outros poderes.

10 de Abril

A sede da UNE é incendiada por apoiadores do regime e estudantes são espancados.

13 de Abril

O *Diário Oficial* publica decreto que extingue o mandato de todos os membros do conselho diretor da Universidade de Brasília. Em seguida, o campus da UnB é invadido por policiais, oficializando a intervenção.

É URGENTE A REVOGAÇÃO DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL

A LSN baseia-se no combate à figura de um hipotético inimigo que ameaça a sobrevivência do Estado. “Esse entulho autoritário é incompatível com a essência da nossa Constituição”

Por Pedro Estevam Alves Pinto Serrano* e Anderson Medeiros Bonfim **

Recentemente, elaboramos em conjunto com diversos especialistas um anteprojeto de Lei de Defesa do Estado Democrático de Direito para criminalizar excepcionalíssimas condutas severamente perturbadoras do normal funcionamento das instituições democráticas. O estudo deu origem ao Projeto de Lei 3.864/2020, atualmente em tramitação na Câmara dos Deputados apensado ao Projeto de Lei 3.064/2015.

Inspirado na legislação europeia e latino-americana, propomos criminalizar condutas violentas decorrentes do uso - ou da ameaça da utilização - de arma de fogo tendente a alterar o Estado Democrático de Direito, vedada qualquer pretensão criminalizatória decorrente de crítica aos poderes constituídos e de reivindicação de direitos, inclusive através de movimentos sociais.

Do mesmo modo, propomos a revogação da Lei de Segurança Nacional, entulho autoritário de 1983 fundamentado na autoritária Carta de 1969 e integralmente incompatível com o regime democrático consubstanciado na Cons-

tituição de 1988.

A referida lei baseia-se, essencialmente, no combate à figura de um hipotético inimigo que ameaça a sobrevivência do Estado. Além do mais, conceitos jurídicos indeterminados constantes atribuem ao intérprete o ilegítimo poder de conferir extensão e alcance casuístico. A hipernomia derivada da heterogeneidade de conteúdo permite o enquadramento na Lei de Segurança Nacional de quase todas as condutas humanas que fogem ao banal possam, desde que assim deseje o soberano.

A discussão relativa à não recepção da Lei de Segurança Nacional - especialmente no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) 797 - tende a ser norteada pela liberdade de participação na vida da polis, bem como pelas liberdades de expressão, manifestação, reunião e de associação, mas também pelas discussões realizadas na ADPF 130, na qual foi declarada a integral incompatibilidade da Lei de Imprensa com a Constituição, na medida em que editada em período de exceção ins-

tucional, bem como, *in verbis*, “ideologicamente concebida e normativamente apetrechada para operar em bloco ou como um todo pro indiviso”.

Assim considerando, é urgente a necessidade de revogação ou submissão da Lei de Segurança Nacional ao controle concentrado de constitucionalidade. O entulho autoritário é incompatível com a essência da nossa Constituição, ao passo que o tratamento, como inimigo, dado aos cidadãos que se colocariam contra a integridade da sociedade e à existência do próprio Estado emerge, em parte, da superada Doutrina da Segurança Nacional do auge da Guerra Fria, mas difundida, entre nós, desde a lei getulista 38/1935. •

* Bacharel, mestre e doutor em Direito do Estado pela PUC-SP, com Pós-Doutoramento em Teoria Geral do Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em Ciência Política pelo Institut Catholique de Paris e em Direito Público pela Université Paris-Nanterre. É professor de Direito Constitucional e de Teoria do Direito na Graduação, no Mestrado e no Doutorado da Faculdade de Direito da PUC-SP.

** Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP e advogado



MEMÓRIAS DE 1964

Aos companheiros e companheiras que deram o único bem que tinham, a vida, na luta contra a ditadura militar, vítimas da tortura, assassinatos e desaparecimento aos quais não se fez justiça com a punição dos torturadores e assassinos, com a responsabilização das Forças Armadas

Arquivo/Estadão

“Hoje, como em 1964, as mesmas forças se uniram para dar o Golpe de 2016. Derrubaram Dilma, uma presidente constitucionalmente eleita... Como há 57 anos fizeram com Jango”

Por José Dirceu *

Cenas. Em 31 de março de 1964, eu era auxiliar administrativo num escritório na Praça da República e vi descendo a Avenida Ipiranga, vindo da Rua Maria Antônia, uma passeata de estudantes do Mackenzie. Era a elite paulista festejando o golpe. De imediato tomei posição contra: eu não era daquela classe.

De novo, na Rua Maria Antônia, já em plena ditadura, e eu de novo frente a direita armada pela ditadura, Deops e CCC, enfrentando a tentativa de uma minoria de estudantes de direita de tomarem o prédio da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, da USP.

E, por fim, depois do fim da ditadura, na luta pelas Diretas Já, a devolução do prédio da faculdade, na Maria Antônia, para os estudantes, com a criação de um espaço cultural e de memória da luta dos estudantes pela democracia.

1964 começou bem antes e teve como principal ator o partido militar: o Exército à frente da Aeronáutica e Marinha. Não era a primeira vez e não seria a última que os militares como partido político se impunham pelas armas e governavam.

Em outras épocas, outro Exército em outro Brasil, já havia feito a República, os governos Deodoro e Floriano, a Revolução de 30 que começa com o levante dos Dezoito do Forte de 1922, com

a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes.

1930 consolida o predomínio dos tenentes no Exército e leva Getúlio ao poder. Ele enfrenta o levante paulista de 32, faz a Constituinte de 34, dá o golpe do Estado Novo, em 1937, e governa com o Estado Maior do Exército, tendo ao lado Góes Monteiro. Seu chefe era chamado de “O Condestável” do Estado Novo, cuja Constituição outorgada era chamada de Polaca por copiar a da Polônia Fascista. Mas são militares e exércitos diferentes.

O Brasil foi se industrializando, urbanizando, e a classe operária industrial e trabalhadora foi se constituindo como agente político e social. Até a Segunda Guerra

Mundial, grosso modo, tínhamos um Exército que se profissionalizava e defendia o Estado Nacional e a industrialização. Era autoritário, mas nacionalista.

Com a Segunda Guerra Mundial, vem a entrada do Brasil ao lado dos Aliados. Mas não sem grande divisão no Estado Maior do Exército, onde muitos generais eram adeptos do nazifascismo. De volta da Itália, onde a FEB combateu, os generais e coronéis trazem nas mochilas a ideologia e a influência norte-americana. E, depois, a da Guerra Fria, do mundo cristão e ocidental, o anticomunismo e a adesão à hegemonia norte-americana.

Eles depõem Vargas, de quem foram sócios principais na onda de democratização pós-guerra. Em seguida, Dutra é eleito com apoio de Vargas e faz um governo conservador, católico, pró-Estados Unidos e repressivo aos sindicatos e esquerdas.

Mas Getúlio volta nos braços do povo e recomeça o ciclo nacionalista e industrializante. Tem apoio nas classes populares e funda as bases do Brasil moderno - BNDES, Camex, Sumoc, Petrobras e Eletrobras...

Aqui começa o Golpe de 64. A direita católica, udenista, militar e empresarial, a mídia e a Igreja Católica tentaram dar o Golpe já em 1950, com a tese da maioria absoluta que Getúlio não obtivera e nem era uma exigência constitucional. Acabaram levando-o ao suicídio.

E só não tomam o poder pelo levante popular. Aqui vamos lembrar dois fatos que dizem tudo: o Manifesto dos Coronéis, na prática exigindo a renúncia de Vargas; e a República do Galeão, quando os brigadeiros tomaram em suas mãos a Justiça, a investigação e o processo sobre o atentado contra Lacerda que levou à morte do Major Vaz. Era ele quem fazia sua segurança. E isso nos remete à

“República de Curitiba” nos dias de hoje.

A direita e os militares golpistas perderam a eleição para Juscelino Kubitschek e tentaram de novo um golpe, derrotado por um contragolpe do chefe do Exército, o General Lott. Vejam que os candidatos da UDN foram Eduardo Gomes e Juarez Távora, ambos ex-tenentes. E, em 1960, o candidato das forças nacionalistas era o mesmo Lott.

Nossa direita pró-Estados Unidos e católica consegue, enfim, eleger Jânio Quadros, cuja bandeira, atenção, era a luta contra a

ONTEM, COMO HOJE, A EXPLORAÇÃO DA FAMÍLIA E DA RELIGIÃO TEM FINS GOLPISTAS. COM O APOIO DOS MESMOS GRUPOS DE MÍDIA

corrupção. A mesma que já fora a principal contra Getúlio e JK.

Mas o Brasil de 61 era um país de luta social e política com uma classe trabalhadora organizada e partidos comunistas e socialistas ativos. Tínhamos ali entidades fortes, como o CGT, a UNE, as Ligas Camponesas.

No Exército, Marinha e Aero-náutica, conviviam diferentes correntes políticas e ideológicas, democratas nacionalistas, socialista e a direita militar. Havia governadores progressistas, como Brizola e Arraes, Hugo Borges, Seixas Dória. E aqueles de direita, como

Carlos Lacerda, Adhemar de Barros e Magalhães Pinto.

Com a renúncia de Jânio, de novo a vem a ameaça da intervenção militar aberta e direta. Mas, com o Exército dividido de novo, há nova tentativa de Golpe. Uma junta militar assume o poder e impede a volta e a posse do vice-presidente constitucional eleito diretamente, João Goulart, do PTB, herdeiro do varguismo. Brizola arma o povo gaúcho, divide o Terceiro Exército e chama a rebelião com a Cadeia da Legalidade, usando a rádio para criar a resistência nacional.

Um compromisso em torno do parlamentarismo leva à posse de Jango, que antecipa o plebiscito e retoma os poderes presidenciais em 1963. Aqui, a aliança que hoje de novo nos assombra se consolida: grandes proprietários de terra, parte do empresário industrial, as classes médias católicas e conservadoras, a imprensa - Estadão e Globo à frente - Igreja Católica, militares de direita, a embaixada do Estados Unidos, seu governo e Departamento de Estado. Todos se unem para dar um golpe com apoio dos governadores de direita - Lacerda, Ademar e Magalhaes Pinto.

O resto é História. A aliança entre a direita e a religião fez as famosas Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Ontem, como hoje, a exploração da família e da religião tem fins golpistas. Com apoio da mídia, encobriram o apoio popular a Jango e o fato que JK venceria a eleição de 65, que não aconteceu. Mas a eleição dos governos de Minas e Rio foram vencidas pela oposição ao golpe.

O Brasil viveu 21 anos sob a ditadura militar, que veio para impedir as reformas de base, a agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural, a financeira, a tributária, e educacional, para acabar com o analfabetismo e adotar uma

nova educação. De novo, a luta entre dois Brasil: o das elites e a do povo trabalhador. A luta entre o nacionalismo e o entreguismo, entre a democracia e a ditadura.

Era a disputa distributiva e o conflito de classes, a questão nacional e democrática. Era a luta pela participação da classe trabalhadora na riqueza, renda e patrimônio nacional. Foi a luta pela soberania e independência nacional, por um projeto de desenvolvimento nacional com distribuição de renda. A luta pela indústria e pela revolução científico-tecnológica, pela libertação do nosso povo. Era a luta para alterar nossa estrutura econômica e social e dependência externa.

Hoje, como em 1964, as mesmas forças se uniram para dar o Golpe de 2016 para depor Dilma, uma presidente constitucionalmente eleita como há 57 anos. Fizeram a Lava Jato. Por um proces-

so ilegal, político e de exceção, operadores da máquina do Estado julgaram e prenderam Lula, impedindo-o de governar o Brasil e retomar o fio da História.

Substitua a mídia pelas redes, fake News e TVs - Globo à frente, de novo -, o latifúndio pelo agronegócio, a Igreja Católica pelas neopentecostais. Substitua as Forças Armadas expurgadas em 1964 com a expulsão de centenas de oficiais democratas e nacionalistas, as facções industriais pelo capital financeiro bancário e as novas classes médias, a UDN pela coalizão PSDB-DEM, a corrupção pela Lava Jato. Substitua todos esses atores e temos a mesma aliança que deu o golpe que nos levou a essa tragédia humanitária e risco real de ditadura com Jair Bolsonaro.

Lá como cá, a presença e o apoio dos Estados Unidos foram fundamentais. A questão nacional

e democrática, o papel do Brasil na América do Sul, nossa política externa ativa e ativa, o potencial do Brasil para se desenvolver e ocupar um lugar no mundo, a força e a consciência política que se consolidava nas classes trabalhadoras, essas são as verdadeiras razões para o Golpe de 2016, como foram para 1964.

De novo, para enterrar a Era Vargas e, agora, Lula. De novo, um anticomunismo tardio, agora travestido de fundamentalismo religioso, negacionismo e obscurantismo. De novo, a submissão de nossa política externa aos Estados Unidos. De novo o desmonte do Estado Nacional e das conquistas sociais e políticas das classes trabalhadoras. A história se repete. •

* Ex-ministro da Casa Civil no governo Lula, foi líder estudantil nos anos de chumbo. Preso político, foi trocado pelo embaixador dos EUA, Charles Elbrick

Arquivo



O APOIO DO TIO SAM "Tanto em 1964 quanto em 2016, a presença e o apoio dos Estados Unidos foram fundamentais para o Golpe de Estado. A questão nacional e democrática, o papel do Brasil, nossa política externa ativa e ativa são algumas das verdadeiras razões para o Golpe"



Arquivo

LEMBRAR A DITADURA É PRECISO!

Às mulheres que, nas prisões e campos de concentração, tiveram sua sexualidade conspurcada, foram estupradas e, em alguns casos, tiveram abortamentos forçados, ou tiveram seus bebês, embora de alguns deles não tenhamos notícias do paradeiro até os dias de hoje. Tiveram suas vozes caladas. Em nome da liberdade e da justiça, elas não podem ser esquecidas!

Por Maria Amélia de Almeida Teles

Falar sobre o Golpe Militar de 1964, que resultou na ditadura mais longa de nossa história, de 1964 a 1985, pode parecer às gerações atuais uma proposta descabida. Tão distante do presente que não seria o caso sequer de ser lembrada. No entanto, o fato deve ser lembrado nos dias de hoje.

Na ditadura, a repressão levou milhares a serem perseguidas. Houve cassações de parlamentares e de militares, professores universitários e cientistas reconhecidos internacionalmente. Foi imposto o exílio forçado de outros tantos. E também prisões, torturas, estupros, assassinatos e ocultamento de cadáveres.

Estudantes foram expulsos das universidades. Sindicalistas foram cassados, presos, torturados e banidos. Houve trabalhadores presos dentro das fábricas ou a caminho delas. Camponezes perderam a vida em defesa de um pedaço de terra para plantar o alimento de sua família. Sabe-se hoje que pelo menos 8.350 indígenas estão desaparecidos até hoje, de acordo com a Comissão Nacional da Verdade.

O Terrorismo de Estado não poupou sequer as crianças e as mulheres grávidas!

Houve crianças sequestradas pela repressão política e tratadas como "Inimigas do Estado". Mesmo antes de aprenderem a falar e a andar. Algumas sofreram tortura

antes de nascer porque suas mães estavam grávidas quando foram sequestradas e levadas para o DOI-Codi. Outras tantas foram obrigadas a assistir as torturas infligidas a seus pais, em particular às suas mães.

Todas elas tiveram sua infância roubada pela ditadura. Não houve uma autoridade judicial que requeresse a apuração da existência de mulheres grávidas, bebês e crianças no aparato repressivo, que sofreram toda sorte de insegurança e terror. Apesar das denúncias de mães e pais sobre suas crianças sequestradas, em centros clandestinos da repressão. É uma dívida do Estado para com gerações de brasileiros e brasileiras. •

PARA QUE NÃO SE REPITA O PASSADO

Falar sobre a tortura e os brutais assassinatos cometidos pelo Estado durante a ditadura é um imperativo ético e moral para quem sobreviveu e vai contar a história

Por Eleonora Menicucci *

No Golpe de 1964, recém integrada ao Partido Comunista Brasileiro, como membro da Juventude Comunista, eu era professora primária numa escola particular. Aqueles ali minhas indignações com a desigualdade do processo de acesso à educação, além de ter vivenciado a demissão arbitrária de um tio diretor da Rede Ferroviária Federal S/A. A entrada no PCB significou a tentativa de, organizadamente, combater a ditadura militar que se instaurava no Brasil.

As lições de liberdade fincaram-me de maneira fundante. Submeti-me ao concurso público estadual para professora primária, função que desenvolvi até entrar para a clandestinidade política. Em 1965, fiz vestibular para o curso de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Já estava aguçada em mim as idéias revolucionárias. Para além do espaço de aprendizado da vivência democrática, do pluralismo ideológico e político, assombrou-me o ecumenismo, a heterogeneidade e a diversificação das áreas do conhecimento ali instaladas na universidade. Estava dada a partida para o grande vôo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Do ponto de vista político, como militante do PCB, rapidamente, assumi funções de liderança no movimento estudantil

chegando a fazer parte da primeira diretoria, por eleição direta da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais. Eu me comprometia cada dia mais profundamente com a resistência à ditadura civil militar.

Fui liderança no embate ao acordo MEC-USAID, firmado entre a ditadura militar e a USAID, na tentativa de implantar a Universidade/Empresa. Era parte ativa de um dos mais importantes movimentos de resistência à ditadura que foi a força estudantil.

Foi neste período que se criou a comissão paritária entre professores, alunos e funcionários para reelaboração dos currículos acadêmicos. A ideia era interferir nas decisões dos órgãos colegiados, na gestão e controle da administração da Universidade. Ali, eu era membro participante. Iniciou-se, neste momento, a discussão sobre

autonomia universitária. A experiência marcou minha vida, considerando formas de participação política horizontal e plural.

Procurar, nexos entre prática política e conhecimento científico, pautou a construção de meu saber, na perspectiva em que o conhecimento deve buscar na prática social seu início e fim. Neste momento, rompida com o PCB, passei a integrar a organização Corrente em MG, dissidência do PCB e depois por muito pouco tempo a Política Operária-POLOP. Mais tarde, criamos o Partido Operário Comunista (POC), onde permaneci até ser presa.

Em 1968, no decorrer do quarto ano de Ciências Sociais, a militância política ocupava lugar de destaque na minha vida. Integrando o POC, interrompi os estudos para dedicar-me, integralmente, à militância clandestina.

Carine Wallauer





Arquivo/Comissão Nacional da Verdade

É preciso lembrar do passado para que não se repita no futuro. Isso é fundamental para iluminar os passos do presente para o enfrentamento da luta de classe social que estamos vivenciando no Brasil desde o Golpe de 2016.

E se torna crucial pelo fato de vivermos no Brasil um governo autoritário, fundamentalista, teocrático, genocida, entreguista e misógino. Diuturnamente, Jair Bolsonaro faz questão de elogiar a ditadura civil militar, ameaçando com a volta do arbítrio.

Daí que volto ao passado. Com o cerco cada vez mais forte da repressão naquela época, em 1968 desloquei-me para a cidade Industrial de Betim/Contagem. E, no início de 1969, mudei para São Paulo, já como clandestina, juntamente com o meu companheiro na época e grávida de minha primeira filha, nascida na clandestinidade em São Paulo. Vivemos ali com entusiasmo até 1971, quando fomos presos em São Paulo. Eu es-

TORTURADO ATÉ A MORTE

"Fui testemunha do brutal assassinato do companheiro Luiz Eduardo Merlino, o Nicolau, nas dependências da Oban, em julho de 1971. Ele no pau de arara e eu na cadeira do dragão. O torturador era o Coronel Carlos Brilhante Ustra"

tava na clandestinidade e tinha uma filha de 1 ano e 10 meses.

Fiquei presa durante três anos -, de 1971 a 1974. Na dimensão mais inominável, a tortura produziu em mim uma das mais fortes transformações. As const-

tantes ameaças

de tortura da minha filha emergiram em mim, novamente, o sentimento da hierarquia de poder entre os gêneros. Com o passar dos dias na prisão, fui me descobrindo com indagações cada vez mais feministas.

A tortura, na condição de mulher e mãe, foi uma das experiências mais sofridas na minha vida. O amadurecimento pelo sofrimento foi o sustentáculo de minhas opções na vida em defesa intransigente da democracia, da igualdade de classe, das mulheres e da população negra e pobre de nosso país.

Sou uma das testemunhas do brutal assassinato do companheiro Luiz Eduardo Merlino, o Nicolau, nas dependências da Operação Bandeirantes (Oban), em julho de 1971, em São Paulo. Ele no pau de arara e eu na cadeira do dragão. Ele sangrava intensamente na perna direita, o que provocou gangrena e, depois, a morte decorrente de da tortura.

Aqui transcrevo um depoimento prestado por mim ao Poder Judiciário, 20ª Vara Civil de São Paulo, na década de 90: "... no momento da prisão do Luiz Eduardo da Rocha Merlino eu já estava presa. Numa madrugada, fui retirada da cela e levada à sala da tortura onde tinha um pau de arara e uma cadeira do dragão. No pau de arara já estava nu e pendurado o Luiz Eduardo, já com uma enorme ferida nas pernas, numa delas muito maior e sangrando. Eu fui colocada nua na cadeira do dragão. E o Ustra (Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra), conhecido como 'Major Tibiriçá' entrava e saía da cela, controlando a intensidade da tortura..."

Desde essa época, assumi como responsabilidade e compromisso de vida denunciar o assassinato de Nicolau, até que o Estado brasileiro assumisse sua responsabilidade e punisse os algozes torturadores, como Brilhante Ustra, que dava as ordens de tortura.

Assim o fiz e faço até hoje. A história está narrada. A família de Nicolau ainda não conseguiu a vitória de obrigar o Estado a assumir a responsabilidade e responsabilizar Ulstra como agente torturador responsável.

Falar sobre a tortura e os brutais assassinatos cometidos pelo Estado brasileiro durante a ditadura civil militar é um imperativo ético e moral para todas e todos que sobreviveram para contar essa brutal história. •

* Socióloga, foi ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres no Governo Dilma Rousseff.



Luiz Pinto

NA LEGALIDADE No comando da sua corporação, o Almirante Aragão destacou-se pelo apoio ao João Goulart. Ele era defensor das chamadas "reformas de base". Com o golpe, foi preso e torturado

NEM TODOS SE CURVARAM AO GOLPE

Três oficiais foram punidos e perseguidos pela ditadura: General Nelson Werneck Sodré, Almirante Cândido da Costa Aragão e Brigadeiro Francisco Teixeira. Foram exemplo ao não aceitarem a quebra da legalidade

Por Alberto Cantalice *

Ao lembrarmos da grande farsa que tomou o Brasil de assalto no 1º de Abril de 1964, não podemos deixar de lembrar que mesmo dominada pela lógica golpista na ocasião, partes das Forças Armadas não queriam a quebra da legalidade democrática.

Não podemos esquecer que a maior e mais abrangente razão, com o conseqüente expurgo de democratas e nacionalistas se deu nas fileiras das Forças Armadas. Milhares de oficiais, sargentos e cabos foram cassados e destituídos de suas funções logo nos primeiros dias do golpe.

Apesar de vitorioso, o golpismo nunca contou com a unanimidade das forças militares. Vários militares esperaram a voz de comando do então presidente João Goulart para resistirem à quartelada e esta ordem não veio.

Defensores intransigentes da legalidade democrática e mantendo-se até o fim de seus dias comprometidos com a luta contra a ditadura e pela volta ao Estado Democrático de Direito, destacamos entre tantos as figuras do

General Nelson Werneck Sodré (1911-1999), do Almirante Cândido da Costa Aragão (1907-1998) e do Brigadeiro Francisco Teixeira (1911-1986).

Duramente perseguidos, casados e presos, os três nunca deixaram de denunciar e se contrapor à ditadura. Artífices da luta pela conquista da Anistia, os três militares deixam um legado que merece ser lembrado por todos.

Esses oficiais simbolizam um passado comprometido dos militares com os ideais de um país soberano e democrático. Reconhecendo a supremacia do povo como o único e legítimo detentor das prerrogativas da escolha de seus governantes.

Cabe destacar ainda a Comissão Nacional da Verdade, que em suas páginas narra o verdadeiro desmonte produzido pelos golpistas nas fileiras das Forças Armadas. Ao todo, mais de 6.500 militares foram vítimas de constrangimentos, prisões, torturas e cassações pela ditadura.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, "os militares foram perseguidos de várias formas: mediante expulsão ou

reforma, sendo seus integrantes instigados a solicitar passagem para a reserva ou aposentadoria; sendo processados, presos arbitrariamente e torturados; quando inocentados, não sendo reintegrados às suas corporações; se reintegrados, sofrendo discriminação no prosseguimento de suas carreiras". Por fim, alguns foram mortos.

Aragão foi preso e colocado incomunicável por quatro meses. Foi torturado e perdeu a visão de um dos olhos. Transferido para a reserva, teve seus direitos políticos cassados por dez anos. Beneficiado por um habeas-corpus concedido pelo Superior Tribunal Militar, asilou-se no Uruguai. Lá, liderou a Resistência Armada Nacionalista, grupo de ex-militares brasileiros criado em maio de 1966 sob a designação de Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN), com objetivo de retomar o poder no Brasil por meio da revolução armada.

Retornou ao Brasil em 1979, já vigente a Lei da Anistia, o que não impediu que os militares o prendessem por 49 dias. Em 1981 foi absolvido pela Justiça de todas

Arquivo Nacional

NACIONALISTA

O Brigadeiro Francisco Teixeira foi punido exemplarmente pela ditadura. Ainda em abril de 1964, foi transferido para a reserva, tendo seus direitos políticos suspensos por dez anos, com base no Ato Institucional nº 1, baixado pela ditadura no dia 9 de abril. Na foto, ele presta depoimento durante inquérito policial militar





Arquivo Nacional

as acusações contra ele formuladas durante o período de exceção.

Quem também foi intensamente perseguido pela ditadura foi o Brigadeiro Francisco Teixeira. No dia seguinte à deposição de João Goulart, em 1º de Abril de 1964, Teixeira foi exonerado de

suas funções e preso, sendo substituído no cargo que ocupava pelo major-brigadeiro João Adil Oliveira. Ele era então líder da ala militar nacionalista na Aeronáutica – apelidada por adversários de “grupo melancia: verde por fora e vermelho por dentro”.

Em 11 de abril foi transferido para a reserva, tendo seus direitos políticos suspensos por dez

EM 1964, PARTE DAS FFAA LUTOU CONTRA A QUEBRA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA. E MUITOS FORAM PUNIDOS

anos, com base no Ato Institucional nº 1, baixado pela ditadura em 9 de abril de 1964, instrumento que permitiu punições extralegais aos adversários do novo regime. Preso incomunicável durante 50 dias para responder a três inquéritos policiais-militares, foi afastado da FAB antes da conclusão das investigações. Foi também proibido de exercer a profissão, de piloto, tendo sua carta de piloto cassada. Além disso, teve a cidadania suspensa por dez anos. Considerado oficialmente morto, sua esposa passou a receber pensão militar de viúva.

Para sobreviver, Teixeira organizou, com a ajuda da mulher e

parentes, um curso particular no nível de admissão e um supletivo. Preso por ocasião da posse do general Emílio Garrastazu Médici na Presidência da República em outubro de 1969, no mês seguinte teve sua residência incendiada em circunstâncias nunca explicadas satisfatoriamente. Na segunda metade da década de 1970 envolveu-se na luta pela Anistia.

MARXISTA BRILHANTE

O General Nelson Weneck Sodré foi punido pela Junta Militar, que assumiu o poder com a derrubada de João Goulart, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos. Um dos mais brilhantes marxistas brasileiros, foi um historiador com vasta obra literária, boa parte proibida e banida pela ditadura, entre 1965 e 1969

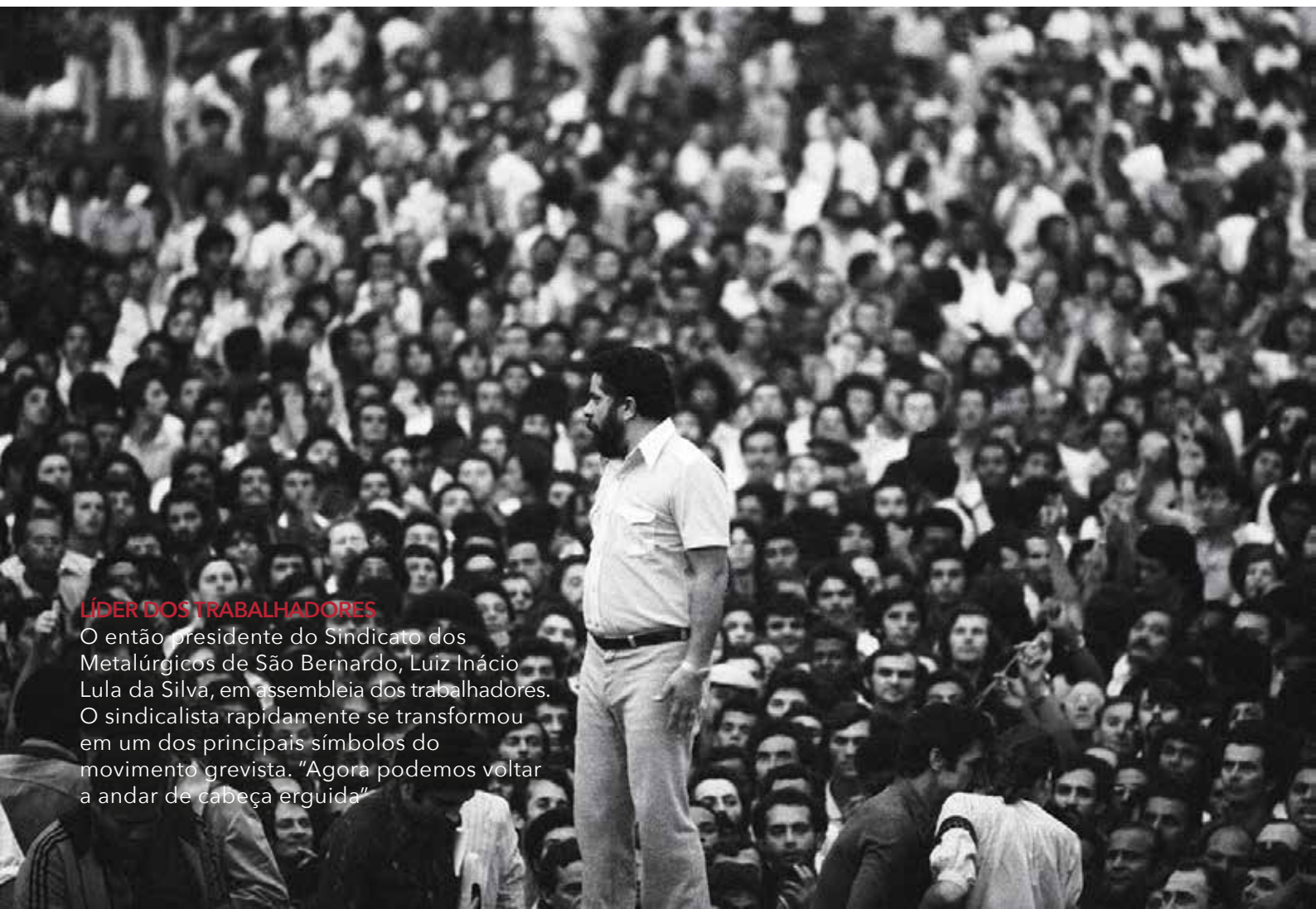
Em 19 de junho de 1980 foi anistiado por portaria do então ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, conforme a Lei da Anistia sancionada pelo presidente João Figueiredo em 28 de agosto de 1979. Amigo particular do ex-ministro Renato Archer, filiou-se ao PMDB. Em julho de 1983, ajudou a fundar a Associação Democrática e Nacionalista de Militares, entidade que reunia os militares cassados e perseguidos pelo regime militar, presidindo-a de dezembro daquele ano até sua morte. Faleceu no Rio de Janeiro em 10 de janeiro de 1986. •

* Diretor de Comunicação da Fundação Perseu Abramo

AS GREVES OPERÁRIAS E A CRISE DA DITADURA

As paralisações de 1978 foram a primeira grande manifestação da classe trabalhadora brasileira após 10 anos de aparente silêncio e em meio a um quadro político fortemente autoritário

Por Laís Abramo *



LÍDER DOS TRABALHADORES

O então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva, em assembleia dos trabalhadores. O sindicalista rapidamente se transformou em um dos principais símbolos do movimento grevista. "Agora podemos voltar a andar de cabeça erguida"

Por que as greves de 1978 e todas aquelas ocorridas até 1980, no maior e mais expressivo ciclo grevista da história brasileira, adquiriram um significado tão importante, capaz de marcar definitivamente a luta contra a ditadura militar e pela redemocratização da sociedade brasileira nela introduzindo a questão social? Por que foram momentos e processos cruciais não apenas para o renascimento do movimento sindical brasileiro, mas também para sua capacidade de projetar a classe trabalhadora como um ator político fundamental na sociedade brasileira, o que se consubstanciou nos anos seguintes na criação das centrais sindicais e do Partido dos Trabalhadores?

As greves de 1978 foram a primeira grande manifestação da classe trabalhadora brasileira após dez anos de aparente silêncio e em meio a um quadro político fortemente autoritário. Elas explodem na manhã de 12 de maio, na fábrica da Scania, em São Bernardo do Campo. E, rapidamente, espalham-se, em primeiro lugar para outras empresas metalúrgicas da cidade e, depois, para outras cidades da região do ABC, além de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

Em dois meses, 275 mil trabalhadores haviam passado pela experiência grevista. Em um período de quatro meses, mais de um milhão de trabalhadores haviam sido beneficiados por acordos decorrentes direta ou indiretamente das greves, já que muitas empresas tentaram se antecipar ao movimento concedendo antecipações e aumentos salariais.

Pela primeira vez, desde 1964, os trabalhadores conse-

guiram obter reajustes salariais superiores aos índices anuais decretados unilateralmente pelo governo. Esses acontecimentos inauguram um ciclo grevista que se estende quase sem interrupções pelos dois anos seguintes, atingindo mais de 4 milhões de trabalhadores das mais diversas categorias em outras regiões do país.

O significado desse ciclo grevista na conjuntura e sua contribuição para o agravamento da crise de legitimidade da

AS GREVES CONTINHAM TAMBÉM UMA FORTE DEMANDA DE RECUPERAÇÃO DA DIGNIDADE DOS TRABALHADORES. E LÁ ESTAVA LULA

ditadura militar não pode ser entendido analisando apenas suas reivindicações expressas, em geral de aumento salarial e respeito a direitos básicos de organização sindical. As greves continham também uma forte demanda de recuperação da dignidade dos trabalhadores, que se manifestou de várias formas, entre elas na expressão do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Luiz Inácio Lula da Silva, que se transformou em um dos princi-

pais símbolos do movimento. “Agora podemos voltar a andar de cabeça erguida”.

Essa demanda por dignidade expressava uma reação condenada a uma situação de sistemático desrespeito aos direitos trabalhistas e humanos dos trabalhadores, em um quadro caracterizado por um despotismo fabril no interior das empresas e pelo autoritarismo no conjunto da sociedade.

Por expressar uma corajosa reação a essa situação, as greves ecoaram tão amplamente e obtiveram tanta solidariedade, constituindo-se sem dúvida, em mais um apito da panela de pressão. Ou seja, em mais um grito de basta à opressão da ditadura militar, tal como as primeiras passeatas estudantis do pós-68, ocorridas exatamente um ano antes, quando os estudantes conseguiram retomar as ruas como espaço de manifestação pública e política.

O ciclo grevista aberto em maio de 1978 significou a reparação da classe trabalhadora como um sujeito coletivo organizado no cenário político do país, modificando as dimensões e a qualidade da luta de resistência à ditadura até então travada por vários setores sociais. E provocando uma mudança substancial nos projetos de abertura política do regime. Suas lideranças e a base social que em torno a elas se mobilizou e se organizou tiveram um papel fundamental na criação e consolidação do Partido dos Trabalhadores. •

Ex-diretora da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil de 2005 a 2015, foi ainda diretora da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) de 2015 a 2019.

300 MIL MORTOS

Pandemia segue descontrolada no país, enquanto Bolsonaro ensaia um comitê de gestão da Covid. A crise política se acelera e o presidente da Câmara ameaça uso de "remédios amargos" para tirar o governo da paralisia. Para piorar, os donos do dinheiro e a Faria Lima dão sinais de desembarque. A nau segue à deriva

Acuado pela pressão do Congresso e de estados e municípios, com a popularidade em queda livre em função da crise, Jair Bolsonaro decidiu apostar na perda de memória coletiva. Luta para se safar do peso de 300 mil mortos por Covid-19. A marca trágica foi ultrapassada na quarta-feira, 24. Na véspera, Bolsonaro ocupou a cadeia de emissoras de rádio e TV para mentir em pronunciamento à nação. Disse que a vacinação será “o ano dos brasileiros”. Ao mesmo tempo, para se livrar da responsabilidade, reuniu-se com os presidentes da Câmara e do Senado, Artur Lira e Rodrigo Pacheco, além de Luiz Fux, do STF, e governadores aliados para tratar da criação de um comitê de crise.

O movimento parece tardio e só aconteceu depois que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva surgiu no cenário internacional para pedir ajuda dos líderes mundiais para a tragédia humanitária que o país vive. Além de propor a criação do comitê de crise, ideia adotada por Bolsonaro um ano após a chegada do vírus ao país, Lula começou a se movimentar pedindo aos presidentes dos Estados Unidos, Joe Biden, e da França, Emmanuel Macron, que dêem início a uma discussão do G20 para tratar de uma campanha global de vacinação em massa. O Brasil é hoje o epicentro mundial da pandemia do coronavírus.

Bolsonaro tenta ganhar terreno, no momento em que o Brasil anuncia a tenebrosa marca de 3.158 vidas perdidas em um único dia. Na TV, Bolsonaro tentou apagar o rastro de sangue deixado por sua estratégia de sabotagem ao combate à pandemia, adotada desde o início do surto. “Estamos fazendo e vamos fazer de 2021 o ano da vacinação dos brasileiros. Somos incansáveis na luta contra

o coronavírus”, disse. A imprensa europeia – incluindo jornais franceses, portugueses e ingleses – chamou-o de mentiroso. Ele não apenas alterou dados da pandemia como escondeu as ações que permitiram o aumento das contaminações pelo vírus. Seu pronunciamento foi alvo de peneiras e protestos nas principais cidades do país.

A campanha de vacinação brasileira está atrasada. Ex-ministros da Saúde, como Humberto Costa (PT-PE) e Alexandre Padilha (PT-

“Bolsonaro foi para a televisão mentir para o povo”, denuncia Padilha. “A verdade é que o genocida prometeu milhões de doses de vacina, mas não entregou o valor prometido de março e não entregará o de abril. Enquanto isso, 30 mil pessoas perderam a vida enquanto decidia sobre qual ministro controlaria”, condenou.

O presidente tenta vender a imagem de um líder comprometido com a saúde da população. Mas o passado o condena. Ele



MENTIROSO COMPULSIVO. Acuado pelo agravamento da crise, o presidente tenta manobra para fugir da responsabilidade. Em cadeia de rádio e TV, mentiu e prometeu fazer de 2021 o ano da vacina

-SP) alertam que a situação está se agravando e faltam vacinas porque o governo não se mexe. Pelo contrário. Está revendo para baixo o número de imunizantes que estarão disponíveis para a população. Dados do Ministério da Saúde apontam que, de 57,1 milhões doses programadas para serem repassadas até 30 de abril, apenas 47,3 milhões serão entregues. São 8,85 milhões de doses da vacina de Oxford a menos, além da retirada de 1 milhão de doses da Pfizer na previsão da pasta.

jamaís trabalhou para viabilizar vacinas. E ignorou as 70 milhões de vacinas oferecidas pela Pfizer em agosto de 2020. A imprensa internacional não se cansa de repetir o óbvio. O líder da extrema-direita brasileira, além de negacionista, se posicionou afrontando a ciência. No início de março, surgiu no Alvorada desdenhando do número de mortes. “Nós temos que enfrentar os nossos problemas, chega de frescura e de mimimi”, disse. “Vão ficar chorando até quando?” •



PACIÊNCIA ACABOU. Os banqueiros Roberto Setúbal e Pedro Moreira Salles assinam Carta à Nação cobrando do Planalto medidas urgentes contra a pandemia. Pediram até renda básica diante do caos social

NEM OS RICOS AGUENTAM MAIS JAIR BOLSONARO

Arthur Lira fala em “remédios políticos amargos e fatais” e acende “sinal amarelo”. Em carta à Nação, os donos do dinheiro cobram do governo “medidas efetivas” para o combate à pandemia

A manobra política do presidente Jair Bolsonaro em criar um comitê nacional com outros poderes para fazer frente à crise sanitária é um fracasso político. Ele não apenas perdeu na última semana o apoio do sistema econômico, dos ricos e da Faria Lima - coração do capital financeiro - como assiste à debandada na sua base parlamentar de apoio, a geleia geral conhecida como Centrão. Parte do problema de Bolsonaro é Lula. A volta do ex-presidente ao cenário político fez Bolsonaro tentar sair das cordas para manter-se competitivo nas eleições presidenciais de 2022.

A maior surpresa foi a reação do presidente da Câmara, Arthur Lira. Na quarta-feira, 25, após a reunião inaugural do comitê da crise do Covid, o deputado - um dos operadores do Centrão desde os tempos que Eduardo Cunha estava à frente da Câ-

mara - mostrou que a paciência do establishment brasileiro se esfarelou. Lira ameaçou Bolsonaro com o impeachment, diante do corpo mole do capitão que ocupa a principal cadeira do Palácio do Planalto. “Há muita solidariedade, mas tudo tem seu limite. Tudo. Os remédios políticos do Congresso são conhecidos e todos amargos. Alguns, fatais”, disse Lira. “Estou apertando hoje um sinal amarelo para quem quiser enxergar”.

O capital político do presidente derreteu. Nas últimas horas de quarta-feira, ele ainda assistiu à erosão do parco apoio que mantém no Senado com a pressão direta dos parlamentares para que efetue a troca no Itamaraty. O ministro das Relações Exteriores, o imprudente Ernesto Araújo, caiu de maduro. Cogita-se entregar a pasta para um político com trânsito e experiência internacional. Um dos cotados é ninguém menos que o ex-presidente Fernando Collor de Mello.

O recado de que o país não aguenta mais a condução desastrosa de Bolsonaro foi expressa no início da semana, quando o PIB mandou um recado direto ao Planalto. “É falso o dilema entre salvar vidas e garantir o sustento da popula-

“HÁ MUITA
SOLIDARIEDADE,
MAS TUDO TEM SEU
LIMITE. TUDO. OS
REMÉDIOS POLÍTICOS
DO CONGRESSO SÃO
CONHECIDOS E AMARGOS”

ARTHUR LIRA

ção vulnerável”, apontaram os ricos, numa Carta Aberta à Nação com mensagem direta e clara. Eles querem a adoção de um lockdown nacional como forma de conter as mortes e a adoção de diversas medidas para reduzir os impactos econômicos e sociais da crise.

Quinhentos empresários, incluindo alguns dos maiores bilionários brasileiros – os banqueiros Pedro Moreira Salles e Roberto Setubal, co-presidentes do conselho de administração do Itaú Unibanco, além de economistas, ex-ministros da Fazenda e ex-presidentes do Banco Central – de Pedro Malan a Armínio Fraga, passando por Elena Landau e Pêrsio Arida – distribuíram uma Carta Aberta à Nação, expressando sua repulsa à desastrosa condução do país pelo atual governo.

Os ricos resolveram dar uma dura no presidente cobrando medidas urgentes e efetivas para o combate à pandemia, com a oferta de renda básica ao povo e a aprovação de reformas. O grupo chama a atenção para o atual momento crítico da pandemia e de seus riscos para o país, e também detalha medidas que podem contribuir para aliviar o que consideram um grave cenário.

Enfim, os donos do dinheiro e seus porta-vozes parecem ter acordado para a dimensão da crise sanitária no país, que ganha as proporções de tragédia humanitária. Na imprensa internacional, a percepção geral é de que o Brasil segue à deriva, sem governo, desconectado da realidade e indiferente às mortes, que já ceifaram a vida mais de 300 mil brasileiros. O mais dramático é o fato de que a situação tende a piorar.

Especialistas já estimam que a marca de 4 mil mortes diárias – um número absurdo que equivale à queda de 15 aviões de passageiros é um número maior do que as vítimas que pereceram na queda das torres do World Trade Center, em 11 de setembro de 2001 – não está distante de se tornar real. Sem mudança na condução da crise sanitária, o país poderá chegar à incrível marca de 500 mil mortos. Uma tragédia humanitária. •

LULA, PT E GOVERNADORES DE 16 ESTADOS QUEREM AUXÍLIO DE R\$ 600

Paulo Guedes resiste e quer manter valor irrisório que depende da composição familiar e pode variar entre R\$ 150 e R\$ 375. Briga agora acontece no Congresso

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a bancada do PT e, agora, 16 governadores de estado estão trabalhando para retomar o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia do coronavírus, que devasta o país há mais de um ano. Na quarta-feira, governadores de 16 estados assinaram carta à cúpula do Congresso Nacional pedindo o aumento do auxílio. A decisão é política e busca garantir um mínimo de conforto à maioria da população brasileira.

“É importante entender o esforço de mitigação da crise atual para os mais vulneráveis como extraordinário e temporário”, diz o texto da carta, que conta com a assinatura dos governadores Wellington Dias (PT-PI), Camilo Santana (PT-CE), Fátima Bezerra (PT-RN) e Rui Costa (PT-BA). Os outros cinco governadores do Nordeste, incluindo Flávio Dino (PCdoB-MA), além dos mandatários do Amapá, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo também defendem a medida. A lista, inclui até políticos próximos de Bolsonaro, como o governador do Paraná.

Há 15 dias, o governo Bolsonaro editou duas medidas provisórias que liberam a nova rodada do auxílio emergencial. Neste ano, o orçamento do programa é menor e o valor das parcelas será mais baixo do que a assistência paga em 2020. O valor padrão do

benefício previsto pela equipe de Paulo Guedes é de R\$ 250, mas o pagamento não será o mesmo para todos os 45,6 milhões de beneficiários com o benefício a ser concedido pelo governo.

O pagamento vai depender da composição familiar. Para mulheres chefes de família, o valor será de R\$ 375. Pessoas que vivem sozinhas receberão R\$ 150 por mês. Na carta aos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, os governadores apelam para a crise social. “Entendemos que a redução dos valores do auxílio emergencial é inadequada para a eficácia da proteção da população. Enquanto a vacinação não acontecer em massa, precisamos garantir renda para a população mais vulnerável”, afirmam os governadores, no documento.

“Temos o cenário dramático de quase 300 mil vidas perdidas. Diariamente, vemos recorde de mortes, lotação de leitos hospitalares, ameaça de falta de medicamentos e esgotamento das equipes de saúde”, aponta a carta. “O calendário nacional de vacinação e a obtenção de novas doses de imunizantes contra a Covid-19 estão mais lentas do que as respostas que precisamos para reverter esse quadro”.

O governo conseguiu aprovar no Congresso uma trava de R\$ 44 bilhões para o custo da nova rodada do auxílio emergencial em 2021. Isso coloca limites à cobertura do programa num momento de auge da pandemia da Covid-19. •

CRIME CONTRA O INTERESSE NACIONAL

Refinaria baiana é vendida na xepa da pandemia. Engendrada na calada da noite e no apagar das luzes da diretoria da Petrobrás, a operação é suspeitíssima

por Jean Paul Prates *

Enquanto os brasileiros são impactados pelo recorde de 3.251 óbitos pelo coronavírus, e o presidente da República faz mais um pronunciamento inócuo em cadeia nacional, a imprensa noticia o envio, por parte da diretoria da Petrobras, de uma suspeitíssima recomendação de fechamento da venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, para o Conselho de Administração.

Segundo o *Estadão*, o documento reconhece que a refinaria está sendo vendida a preço "inferior à faixa média de referência" estimada para o seu valor. E salienta que o TCU fez questionamentos, sem encerrar a análise do negócio.

Mesmo assim, a diretoria em fim de mandato insta os conselheiros a que tomem logo a decisão a respeito da questão tormentosa. Isso apesar de o presidente da empresa, Roberto Castello Branco, já ter seu mandato vencido e vários conselheiros já terem deixado os cargos, enquanto outros encontram-se em processo de substituição.

O BTG Pactual afirma que a proposta está 35% abaixo do limite in-

ferior projetado por sua equipe de analistas. Outros especialistas afirmam que a refinaria vale, mesmo hoje, mais que o dobro do valor oferecido pelo fundo árabe interessado no preço promocional.

A operação, engendrada na calada da noite e no apagar das luzes de vários mandatos dos dirigentes, é suspeitíssima. E, a meu ver, deverá jogar holofotes intensos sobre os interesses que motivam todo o processo.

Desde o início, considero que esta venda foge à lógica de qualquer gestão responsável de uma empresa integrada de petróleo. Mais ainda de uma empresa estatal mista com atribuições especiais como a Petrobrás. O financiamento do Pré-Sal é pretexto para incautos, pois é garantido pelo próprio valor das imensas reservas já comprovadas com investimentos da própria Petrobrás.

A alegação de que a empresa está sendo obrigada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) também é estapafúrdia. Afinal, foi a própria gestão Castello Branco quem foi voluntariamente ao Cade oferecer a venda de oito de suas principais refinarias, ainda em 2019.

O Cade, por sua vez, nunca re-



alizou análise específica dos mercados atendidos por estas refinarias. Mas é pior. A Petrobras nunca se defendeu das minúsculas e específicas denúncias que geraram o processo no Cade, originalmente. Apenas aquiesceu, e ofereceu seu patrimônio.

Esta diretoria da Petrobras já merece ser investigada profundamente. Além disso, precisa ser responsabilizada pela venda destes ativos por preço vil. Não podem usar o contexto da pandemia como desculpa.

É um absurdo este processo, sem transparência, sem lógica, repleto de conflitos de interesses, com dirigentes cuja remuneração é proporcional à arrecadação pelos ativos alienados. Pairem suspeitas.

Notificamos cada um dos membros do Conselho de Administração da Petrobrás e toda a cúpula do Cade sobre a potencial responsabilidade de cada nesta operação. A lupa da opinião pública, da imprensa, do Judiciário e do Legislativo já está sobre cada um dos responsáveis por esta afoita e suspeita transação. •

* Economista e advogado, é senador da República (PT-RN) e presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Petrobrás.



ANGELI



Plano de reconstrução e transformação do Brasil

OUTRO MUNDO
É PRECISO
OUTRO BRASIL
É NECESSÁRIO



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Documento histórico, o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil tem como objetivo fortalecer a democracia e recolocar o Estado a serviço do país e do povo. O PT e a Fundação Perseu Abramo propõem a adoção de medidas econômicas de emergência e de longo prazo, com a recuperação de direitos dos trabalhadores e a retomada da soberania nacional.

O texto está disponível no site da Fundação Perseu Abramo: <http://fpabramo.org.br>.